

----- ATA N.º 07-----  
-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016-----  
-----Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 2016, pelas 21.00 horas reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos.-----  
-----**1.º Ponto** - Discussão e votação dos Documentos Previsionais para 2017 do Município de Torres Vedras - Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal, nos termos da alínea a) e o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12.09;-----  
-----**2.º Ponto** – Discussão e votação dos Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano, Orçamento Receita/Despesa e Mapa de Pessoal para o ano de 2017 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, nos termos da alínea a) e o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12.09;-----  
-----**3.º Ponto** – Aprovar a proposta de delegação de competências para autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos e pagamentos em atraso, ao abrigo do n.º 3 do art.º 6º da Lei n.º 22/2015 de 17/03, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 6 da Lei nº 8/2012, de 21.02, na sua atual redação;-----  
-----**4.º Ponto** - Fixação da taxa do IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis, respeitante ao ano de 2016 a cobrar em 2017, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09;-----  
-----**5.º Ponto** - Fixação da taxa variável do IRS, respeitante aos rendimentos de 2016 a cobrar em 2017, a que os municípios têm direito em cada ano, tendo presente a alínea b) do n.º 1 do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12.09;-----  
-----**6.º Ponto** - Autorizar a Câmara Municipal de Torres Vedras, ao lançamento de uma derrama, a cobrar no ano de 2017, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09;-----  
-----**7.º Ponto** - Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2017, prevista na Lei n.º 5/2004 de 10.02 - Lei das Comunicações Eletrónicas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 25 da 75/2013 de 12.09;-----  
-----**8.º Ponto** – Autorizar a Câmara Municipal a adquirir prédios por usucapião ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12/09, na sua atual redação;-----  
-----**9.º Ponto** - Autorizar a Câmara Municipal a contratar empréstimo de longo prazo para financiamento de construção do Museu “Joaquim Agostinho”, até ao montante de €700.000,00, tendo presente a competência prevista na alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12/09, na sua atual redação;-----  
-----**10.º Ponto** – Contratação de Empréstimo de Longo Prazo para Financiamento de aquisição de imóveis até ao montante de €435.000,00 – confirmação da deliberação da Assembleia Municipal de 23/09/2016;-----

-----**11.º Ponto** – Conceder autorização prévia da assunção do compromisso plurianual nos termos da alínea c) do art.º 6.º da Lei 8/2012 de 21/02, na sua atual redação, para “Contratação de empréstimo de longo prazo para financiamento de construção de Ponte Integrada na obra de construção da “Variante de A-dos-cunhados” até ao montante de €700.000,00 “;-----

-----**12.º Ponto** - Conceder autorização prévia da assunção do compromisso plurianual nos termos da alínea c) do art.º 6.º da Lei 8/2012 de 21/02, na sua atual redação para “Aquisição de gasolina e gasóleo para frota de veículos do município de Torres Vedras e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, em postos de abastecimento públicos, a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro 2/2015 (lote 1) da CC-Oeste – ajuste direto.”;-----

-----**13.º Ponto** – Tomar conhecimento da dissolução da ASSECOS, Associação para a Competitividade e Inovação da Energia e Construção, Sustentáveis, tendo presente a competência da Assembleia Municipal prevista na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 25/2013, de 12/09, na sua atual redação;-----

-----**14.º Ponto** - Apreciação do Relatório de Sustentabilidade da Câmara Municipal de Torres Vedras 2016, tendo presente a competência prevista na alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013 de 12/09 na sua atual redação;-----

-----**15.º Ponto** – Emissão de parecer - Criação de um novo Sistema Multimunicipal por cisão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste e constituição da sociedade anónima concessionária do mesmo, nos termos do n.º 4 do Decreto Lei n.º 92/2013 de 11.07;-----

-----**16.º Ponto** – Discussão e votação do Plano Estratégico para o Turismo do Concelho de Torres Vedras, tendo presente a competência prevista na alínea h) do n.º 1 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013 de 12/09 na sua atual redação.-----

-----**17.º Ponto** – Apreciação de uma informação o Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12/09, na sua atual redação.-----

-----O Primeiro Secretário da Mesa, **Sr. António Fortunato** começou por informar que iria presidir a sessão uma vez que que o Sr. Presidente da Assembleia, ainda se encontra em convalescença, e seria substituído por Vítor Manuel Mendes. Chamou para completar a mesa o membro Francisco Branco da Silva.-----

-----A Mesa da Assembleia Municipal ficou assim constituída: Presidente: António Fernando Alves Fortunato, Secretários: Mara Isabel Batista Eleutério e Francisco Branco da Silva.-----

-----Informou ainda que para além da habitual transmissão em direto da Assembleia Municipal no canal de YouTube da Câmara Municipal e no site da Câmara Municipal estarão hoje também pela primeira vez a emitir em direto para o Facebook, chegando assim a um maior número de espetadores online.-----

-----Estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----José Augusto Clemente de Carvalho, Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Susana Maria Ribeiro das Neves, Jacinto António Franco Leandro, Marco Henriques Claudino, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Rui José Prudêncio, Francisco João da Fonseca Inácio, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, Ana Isabel Marques Fiéis, Joaquim Manuel Oliveira Gomes, Maria Leonor Marques Marinheiro, António Martins Moreira, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Vítor José dos Santos Fernandes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Renata Filipa Santos Nunes Simões, Secundino Campos Oliveira, Paulo Dinis Faustino Valentim, João Alexandre Pires Bernardes, Artur Alexandre Santos Narciso, Marta Filipa Sousa Geraldés, Pedro Miguel Germano Bernardes, Hélio Batista Gomes, Carlos Manuel dos Santos Terêncio, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, António Filipe Narciso dos Santos, Luis Miguel Antunes Batista, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luis, José Manuel Cristóvão, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e Vítor Manuel Mendes.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Srs. Vereadores Laura Maria Jesus Rodrigues, Hugo Miguel Fernandes Martins, Bruno Miguel Félix Ferreira, Luís Filipe Barbosa Aniceto. -----

-----Teve início o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

**APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:**-----

-----O Sr. Presidente da Mesa informou que a ata n.º 2 de 21 de abril do ano corrente, que foi previamente distribuída por todos os membros, se encontrava na mesa, tendo a Assembleia Municipal aprovado em definitivo o texto da ata apresentada.-----

**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**-----

-----O Sr. Francisco Branco leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, e que irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.----

-----Anota-se que foram numerados dois documentos que a seguir se indicam: -----

**DOCUMENTO 1:**-----

-----Presente ofício número 10075 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 27 de outubro, a solicitar que a Assembleia Municipal dê início aos procedimentos necessários para elaborar e aprovar o regulamento do Conselho Municipal de Segurança, e em consequência indicar os presidentes de junta que devem integrar o referido conselho.-----

**DOCUMENTO 2:**-----

**RENUNCIA AO MANDATO:**-----

-----Carta de Claudia Sofia Horta Ferreira, de 4 de outubro de 2016, que tendo sido eleita para o Órgão Deliberativo do Município de Torres Vedras, vem no termos do disposto de n.º 1 do art.º 76.º da Lei 169/99, de 18 setembro, renunciar ao mandato.-----

-----O Presidente da Mesa informou que a vaga foi preenchida de acordo com o estipulado no n.º 1 do art.º 79 e nos termos do n.º 4 do art.º 76 da Lei nº 169/99, de 18.09, na sua actual redacção, passou à efectividade de funções Artur Alexandre dos Santos Narciso.-----

**COMISSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:**-----

-----Face ao ofício recebido na correspondência sobre o conselho em título o Presidente da Mesa propôs que fosse criada uma comissão da assembleia para elaborar o regulamento provisório, o teve a anuência de todos os presentes.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade criar uma comissão para a elaboração do regulamento do Conselho Municipal de Segurança.-----

**MOÇÃO – DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:**-----

-----O membro **Renata Simões** pediu a palavra para apresentar a moção que a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----“ O dia 25 de novembro, foi desde 1999 designado pela Assembleia-Geral da ONU como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres.-----

-----Ao dia de hoje, milhões de mulheres por todo o planeta são alvo de violência nas suas múltiplas dimensões: violência física, violência emocional, violência sexual, violência social, violência financeira e perseguição.-----

-----Apesar de nos últimos anos Portugal ter progredido de forma considerável com a criação de medidas de reforço da protecção das mulheres perante os diferentes tipos de discriminação e violência, nomeadamente os cinco planos nacionais de prevenção e combate à violência doméstica e de género aplicados desde 1999 e as alterações positivas com a Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, que alterou o Código Penal, e a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas, diplomas fundamentais na tipificação do crime, prevenção e protecção das vítimas, a realidade parece indicar-nos que estas medidas são ainda insuficientes e desajustadas, não garantindo a segurança e o bem-estar das vítimas.-----

-----Em 2015 em Portugal, segundo o Observatório das Mulheres Assassinadas da UMAR (OMA), foram assassinadas 29 mulheres e 39 mulheres foram vítimas de tentativa de *femicídio*. Em cerca de 85% das situações o perpetrador foi aquele com quem mantinham ou tinham mantido uma relação de intimidade.-----

-----A violência de género tem sido uma das principais causas de morte, na Europa, das mulheres entre os 19 e os 44 anos. Sendo que, em Portugal, segundo a mesma fonte, entre 1 de janeiro e 31 de agosto de 2016, foram assassinadas 20 mulheres.-----

-----O fenómeno da violência doméstica contra as mulheres abrange vítimas de todas as condições e estratos sociais e económicos e os seus agressores também são de diferentes condições e

estratos sociais e económicos.-----

-----A violência - física e psicológica - não poderá ser tolerada de forma alguma.-----

-----Todos os decisores políticos, são responsáveis pela luta contra este flagelo, combate do qual também os órgãos autárquicos não se podem demitir, sob risco de não cumprirem o estabelecido no Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género para 2014-2017 que referem em onze das suas cinquenta e cinco medidas, os municípios como parte ativa.-----

-----São vários os municípios que têm hoje Planos Municipais para a Igualdade, enquanto documentos estratégicos, enquadradores da temática da Igualdade como mecanismo de promoção de coesão social e ferramenta de redução de desigualdades nos territórios, nas diferentes áreas de atuação e intervenção dos Municípios, refletindo prioridades estratégicas de intervenção, traduzindo em atividades concretas a política de cada Autarquia relativamente a esta matéria.-----

-----Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em 24 de Novembro de 2016, delibere:-----

-----1 — Que os Órgãos Autárquicos continuem a contribuir de forma ativa para a eliminação de todas as formas de discriminação, promovendo a igualdade real independentemente do género e repudiando todo o tipo de violência exercida sobre as mulheres;-----

-----2 — Instar os Órgãos de Soberania da República Portuguesa a tomarem todas as medidas necessárias para que os direitos consagrados na Convenção de Istambul possam ser sentidos de forma efetiva na vida das mulheres vítimas de violência e de violência doméstica, com a maior brevidade possível.-----

-----Remeter a presente Moção, caso a mesma seja aprovada, a Suas Excelências: o Senhor Presidente da República, o Senhor Presidente da Assembleia da República, o Senhor Primeiro Ministro, o Senhor Ministro Adjunto, à Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, o Senhor Provedor de Justiça, à Senhora Procuradora Geral da República e os Grupos Parlamentares da Assembleia da República.-----

Torres Vedras, 24 de Novembro de 2016.”-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu a apresentação da moção assinalando que o município de Torres Vedras é um dos municípios que tem um Plano para a Igualdade no âmbito da Rede contra a Violência Doméstica e estão a fazer a sua implementação. Podem contar com a colaboração e apoio da autarquia no sentido de Torres Vedras dar o seu contributo positivo.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a moção em título.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa leu a moção que se transcreve:-----

**MOÇÃO - ANTÓNIO GUTERRES:**-----

-----“Recentemente, ocorreu um facto de relevância histórica para Portugal: a eleição do Eng.º António Guterres para Secretário Geral da ONU.-----

-----Incluindo os membros dos seus órgãos representativos, os Portugueses acompanharam o respetivo processo de candidatura com evidente expectativa e apoio, numa rara atitude de consenso nacional.-----

-----Em consequência, foi manifestada a congratulação das nossas mais destacadas personalidades, de que foi exemplo cimeiro, o Sr. Presidente da República.-----

-----Em conformidade, a Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida nesta data, certa de interpretar o sentir da generalidade dos torrienses, face a mais uma demonstração da valia dos Portugueses, saúda a eleição do nosso compatriota Eng.º António Guterres para dirigente máximo da Organização das Nações Unidas.-----

-----Torres Vedras, 24 de novembro de 2016.”-----

A Assembleia Municipal aprovou por maioria, de 39 votos a favor e 1 abstenção de Secundino Oliveira a moção em título.-----

**EN9:**-----

-----O Presidente da União de Freguesias da Carvoeira e Carmões, **Sr. José Manuel Cristóvão**, interveio no sentido de dar nota que hoje por causa da chuva esta via tem um “lençol” de água que a torna mais perigosa.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que a informação que tem do Secretário de Estado vai no sentido de que, assim que o Orçamento de Estado estiver aprovado, vão conversar.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ILUMINAÇÃO - AQUEDUTO DO REI:**-----

-----O Presidente da União de Freguesias da Carvoeira e Carmões, **Sr. José Manuel Cristóvão**, tal como fez na sessão anterior alertou que 19 iluminárias entre os Cucos e Torres Vedras estão fundidas e o Aqueduto do Rei não está iluminado.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que o Vereador do setor está a tratar com a EDP.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARVOEIRA E CARMÕES:**-----

-----O autarca da União de freguesias de Carvoeira e Carmões, **Sr. José Manuel Cristóvão**, solicitou esclarecimentos sobre alguns assuntos que o preocupam relativos à freguesia que preside, concretamente se há alguma pavimentação prevista para a Carvoeira, para quando a instalação do elevador no Centro Escolar da Carvoeira, situação dos esgotos das Carreiras e quando é implementada a loja do cidadão.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** deu nota que a aquisição do ascensor do Centro Escolar da Carvoeira está adjudicado e prevê-se a instalação nos próximos 60 dias. -----

-----Quanto à Loja do Cidadão informou que estão a decorrer os concursos para aquisição de equipamentos e vão avançar com os postos de atendimento ao cidadão nas freguesias selecionadas numa primeira fase.-----

-----Mais informou que terá início no dia 5 de dezembro pavimentação de acesso à Serra de S. Julião.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**FESTAS DA CIDADE/2016:**-----

-----A Presidente de Junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, **Sra. Natalina Luis** começou por felicitar a Câmara Municipal de Torres Vedras e a Promotorres por mais uma organização das Festas da Cidade que decorreram entre os dias 27.10 a 12.11.2016.----

-----Disse que assistiram a diversas atividades culturais e desportivas, umas mais populares e outras mais eruditas, que captaram diversos públicos do concelho e fora dele.-----

-----Ao nível cultural, o Festival Internacional de Acordeão desenvolvido no Teatro Cine destacou-se uma vez mais pela sua qualidade, com quatro concertos de grupos muito distintos, do Líbano, do Egipto, do Brasil e outro de Portugal. Foram oportunidades únicas de conhecer outras sonoridades, em que o acordeão é o instrumento central.-----

-----Referiu as merendas do acordeão que foram realizadas descentralizadamente em diversos locais de convívio da cidade e fora dela, aproximando este instrumento de mais pessoas que o apreciam.-----

-----Realizaram-se as Tasquinhas, mostra de vinhos, uvada e animação no pavilhão da Expotorres, considerando que este evento tem evoluído bastante desde que passou a ser desenvolvido neste espaço.-----

-----Deu nota que na génese das Tasquinhas encontram a representação de cada Freguesia por associações da mesma, algo que é importante manter e constituiu uma oportunidade que as associações têm para mostrarem o melhor da gastronomia local e de obterem algumas receitas tão necessárias à sua sustentabilidade.-----

-----Serviram-se dois mil e oitocentos almoços seniores e este evento distribuído por quatro edições, ajudou monetariamente as associações, proporcionando ao mesmo tempo um salutar convívio entre as gerações.-----

-----Assinalou que o programa cultural das Tasquinhas manteve à tarde as atuações dos ranchos do concelho e das escolas de dança e remeteu para a noite grupos mais diversificados do que nos anos anteriores, o que contribuiu para captar mais público jovem e menos habitual neste tipo de evento.-----

-----No pavilhão foram ainda apresentadas as mostras de pastéis de feijão, doces, licores e bolos de ferradura e concurso de melhor sobremesa com pastel de feijão. Para os concursos de melhor pastel de feijão concorreram 12 participantes assim como para o melhor vinho branco e tinto.-----

-----Realizou-se exposição e passeio de máquinas agrícolas antigas, passeio de automóveis antigos, passeio de motos, primeiro encontro de confrarias e encontro de bandas do concelho.-----

-----Assinalou que o desporto tem assumido um papel cada vez maior nas festas da cidade, tendo-

se realizado o Trail Cidade de Torres Vedras com 500 participantes, a Rota das Adegas, prova de BTT com 300 participantes, Rota do Morango com 200 participantes, Corrida de Rolamentos com 100 participantes, Torneio de Petanca com 100 participantes e de Golf com 55 participantes.-----

-----Por último deu nota que se realizou no dia 12 de novembro o Festival das Vindimas, animado pelo concerto da torriense Susana Félix e onde marcaram presença cerca de 2000 pessoas, números que refletem a importância que este evento tem na vida dos torrienses.-----

-----Endereçou votos de parabéns a todos os que contribuíram para o sucesso destas Festas da Cidade.-----

-----O **Sr. Joaquim Gomes** interveio concordando que as festas da cidade correram bem.-----

-----No entanto queria deixar alguns reparos construtivos começando por dizer que se notou a falta da televisão, que traz muitos visitantes de fora e que ainda se mantem os cheiros vindo das cozinhas assim como a falta de Multibanco.-----

-----Também ouviu queixas de que são demasiados dias de festividades e a animação começa a ser sempre igual todos os anos e podia ser alterada.-----

-----Por último considerou que no dia 11 de novembro houve uma falha, uma vez que depois do almoço as pessoas sentaram-se em frente do palco mas a animação só chegou no final da tarde.--

-----Referindo-se às Tasquinhas o representante do CDS-PP, **Sr. João Pedro Gomes** disse que se trata de um evento que já é uma marca de Torres Vedras e aproveitou para enaltecer a sua organização e principalmente a dedicação de todos os voluntários que tornaram a festa possível, sem ao quais não teria o sucesso que se tem registados nos últimos anos. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu as palavras da autarca de Campelos.-----

-----Fez notar que são 17 dias muito intensos para os torrienses e aqueles que os visitam têm um programa vastíssimo, mas há sempre correções e aspetos a melhorar. Este ano fizeram investimentos para melhorar a infraestruturas e no próximo ano está equacionada a vertente da exaustão de fumos do pavilhão multiusos. Também têm vindo a melhorar o programa de animação

-----Aproveitou para agradecer a centenas de voluntários que dão o seu melhor, nomeadamente nas tasquinhas, as juntas de freguesia e as associações mas também todos os parceiros, para que fosse possível chegar onde chegaram.-----

-----Tal como o membro também acha que ter a televisão em Torres Vedras faz toda a diferença, mas por vezes não é possível.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ROTUNDAS:**-----

-----O membro **Vítor Fernandes** indagou se as rotundas junto às bombas do Jumbo e Hilarião continuam em fase experimental ou se já passaram a efetivas.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que a seu tempo serão executadas, e bem sabe que estão a demorar mais do que gostaria, mas espera que seja a curto prazo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ESTACIONAMENTO JUNTO À ESCOLA PADRE FRANCISCO SOARES:**-----

-----O membro **Vítor Fernandes** deu os parabéns pelo parque de estacionamento junto à Escola Padre Francisco Soares, deixando a referência de não ser conveniente ou legal em termos de segurança, passarem os carros por cima do passeio, pois pode ser arriscado para muitas crianças das escolas bem como para as pessoas que frequentam a zona.-----

-----Sugeriu que se podia voltar a fazer o circuito que já existia, que não traria tantos riscos. Compreende que é necessário o acesso a ambulâncias e veículos da autarquia, o que podia ficar acautelado com um aviso.-----

-----Todos sabem que os pais querem levar as crianças “para dentro” da escola e alerta no sentido de se acautelar algum acidente.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que o vereador do setor tomou a devida nota das sugestões.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**FOGOS FLORESTAIS:**-----

-----O Presidente da União de Freguesias do Maxial e Monte Redondo, **Celso Carvalho** começou a sua intervenção saudando a nova Vereadora Cláudia Ferreira e desejando sucesso nas novas funções.-----

-----De seguida reportou-se aos fogos florestais para salientar a actuação do corpo de Bombeiros de Torres Vedras este verão, pela sua prontidão exemplar, no concelho mas também no distrito de Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Aveiro, Leiria e Faro, onde houve necessidade de integrar os grupos do distrito de Lisboa.-----

-----Falou com um certo orgulho pois secção do Maxial, à qual pertence, quase sempre acompanhou os Bombeiros de Torres Vedras nesta volta ao país, tendo a sua intervenção sido preponderante para que corresse melhor num ano que foi terrível.-----

-----Deu nota que há três anos a esta parte que o então Vereador do Ambiente entendeu notificar alguns proprietários para limpeza de terrenos. Lembra-se que na altura apareciam pessoas na junta a reclamar por a Câmara os querer obrigar a limpar os terrenos de que eram proprietários. Nessa altura registaram-se 400/500 fogos por ano no concelho, salientando que há medidas em que vale a pena investir pois este ano registaram-se 155, o que é obra.-----

-----Deixa assim o registo do trabalho que a Protecção Civil faz em prol do concelho.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** concordou que os bombeiros do concelho fazem um trabalho importante nos fogos florestais do território e quando necessário ajudando outros territórios.-----

-----Também considera que a vertente da prevenção é fundamental e esse trabalho tem sido feito pelo município. Deu nota que estão a comemorar a semana da reflorestação nacional e a dar o contributo com a plantação de 400 árvores na Área Protegida da Serra do Socorro e Archeira.-----

-----Estão cada vez mais a trabalhar esta vertente, apostando na sensibilização das comunidades e a canalizar os recursos essencialmente para a prevenção.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA DA FREIRIA/ABAIXO ASSINADO:**-----

-----A **Sra. Teresa Oliveira** deu conhecimento que no dia 18 de fizeram chegar ao Presidente da Câmara um abaixo assinado de professores e funcionários com algumas questões.-----

-----Na sequência do acordo feito com a autarquia e o Ministério de Educação disse que o PCP também gostaria de saber a resposta a essas questões, que passaria a enunciar:-----

-----Qual o motivo para o montante da verba destinada às obras da escola ser agora cerca de €200.000,00 quando o ano passado rondava os 2,5 milhões de euros, importância enquadrada no âmbito do Portugal 2020.-----

-----Qual a intervenção que vai ser desenvolvida com a atual verba, qual o calendário de intervenção, se está prevista uma intervenção de fundo para esta escola que requalifique e modernize integralmente o estabelecimento de ensino e para quando.-----

-----Por último se está prevista a remoção do amianto na próxima interrupção do ano letivo uma vez que a degradação das placas de fibrocimento apresentam perigo para a saúde da comunidade escolar, tendo esta intervenção já sido solicitada pela escola em julho de 2015.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que o valor alocado com o Ministério de Educação este ano é para o projeto da remodelação da Escola Básica e 1.º ciclo e Jardim de Infância. Vão reunir com a tutela para tentar saber este valor também chega para a remoção das telhas de amianto, atenta a preocupação que causa.-----

-----Salientou também que a verba de 2,5 milhões de euros consignada para esta escola quando este governo tomou posse já não existia e estão a tentar arranjar o financiamento.-----

-----Sobre a questão do governo anterior ter prometido a verba que agora não está disponível o membro **Marco Claudino** recordou que foram discutidas as prioridades do QREN na OesteCim e na CCDR e quais os projetos que seriam avaliados, pelo que esta culpa não será imputada ao governo anterior. -----

-----Ainda assim havia sempre a possibilidade de prever no orçamento de Estado uma verba para a obra, mas estão satisfeitos por um ano depois terem verba para o projeto.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que a verba disponibilizada foi negociada com o ministério da educação pela Vereadora da Educação. O que a OesteCim contratualizou no âmbito do Portugal 2020 foi só para primeiros ciclos e jardins de infância.-----

-----Mais informou que o atual governo vem agora “abrir a porta” aos municípios para outros níveis de estabelecimentos de ensino. Esta é a realidade que o membro tem conhecimento pois foi membro do anterior governo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**CROSS DE MATOS VELHOS:**-----

-----O **Sr. Artur Narciso** interveio no sentido de dar nota da prova desportiva em título que mais uma vez foi realizada com sucesso e onde participaram 77 equipas, com mais de 1082 participantes, que mesmo debaixo de chuva e algum vento tiveram a coragem de participar nesta prova reconhecida pela federação como fundamental para observar atletas.-----

-----Deixou os parabéns aos atletas e à organização do evento.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** concordou que se trata de um evento de referência a nível nacional e a pontuação reverte para o apuramento para o Campeonato da Europa de Corta Mato.--

-----Assinalou que este domingo foi um dia feliz para os torrienses uma vez que para além desta prova, o Torriense ganhou ao Nacional da Madeira para a Taça de Portugal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**CASTRO ZAMBUJAL:**-----

-----O **Sr. Joaquim Gomes** disse ter conhecimento que há verba para a construção do centro interpretativo questionando quando se inicia a sua construção.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que está consignada uma verba para a 1.ª fase, no âmbito do Portugal 2020, já fizeram a apresentação da candidatura e estão a aguardar a sua aprovação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PARQUE TEMÁTICO:**-----

-----O **Sr. Joaquim Gomes** disse que há uns anos atrás ouviu falar de um parque temático, já que têm ossadas de dinossauros para expor e gostaria de saber sobre este assunto.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** deu nota que têm um espólio paleontológico significativo sendo a Sociedade de História Natural que está a trabalhar no mesmo e esperam que quando houver disponibilidade financeira encontrar formas de poder interagir.-----

-----Mais informou que o Museu Municipal já acolheu uma exposição de referência de muito desse espólio, o qual está exposto numa exposição que está a decorrer em Lisboa.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO:**-----

-----A **Sra. Marta Galdes** lembrou que na sessão de 27 de junho o edil disse que possivelmente no próximo ano teriam um “orçamento participativo jovem” pelo que faz votos para que seja implementado, sentindo que os jovens que participam agora, não vêm as suas propostas serem aceites.-----

-----Explicou que no modelo atual há grupos que se juntam e defendem uma só proposta fazendo com que quem concorre individualmente não consiga que as suas propostas passem. Não sabe se será o mais adequado, sendo que o orçamento participativo visa essencialmente propostas do domínio público e acha que terão fazer alguns ajustes.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que estão a aprofundar o “Jogo do Município” no sentido de articular com o orçamento participativo. Lembrou que estão com dois anos de orçamento participativo que é para todo o concelho e a forma criativa como o torriense gere a participação terá que ser revista no futuro do ponto de vista regulamentar, mas estão atentos a estas situações.-----

-----Por último relevou que já estão executados 5 dos projetos aprovados no orçamento participativo de 2016, o que dá credibilidade à iniciativa.-----

-----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

### **ILUMINAÇÕES DE NATAL/COMERCIO TRADICIONAL:**-----

-----O **membro Marta Geraldês** lembrou que ainda é do tempo do edil, chegar à cidade e na rotunda da Física ter iluminação com “Boas Festas” ou “Feliz Natal” e sentia-se logo ali o espírito natalício.-----

-----Disse que hoje não é o que vêm e não é o que existe na cidade.-----

-----Considera importante referir que as ruas principais vão ficando sem lojas e o comércio está a morrer aos poucos. Sempre que vaga uma loja nas ruas principais, quem tem lojas nas ruas adjacentes transfere-se para as mesmas e está na altura dos órgãos da autarquia tomarem alguma posição em relação à iluminação de Natal e ao comércio tradicional.-----

-----Torres Vedras é na zona Oeste uma cidade de grande importância e nesta altura deviam ter toda a população da zona Oeste a visitá-la e fazer compras ao fim de semana.-----

-----Não quer dizer que tenha que ser uma iniciativa só do Executivo, mas tem que ser em conjunto com os lojistas, a pensar na cidade.-----

-----Fez notar que neste momento realiza-se uma Feira de Natal em Óbidos que é uma vila, e que ainda realiza a Feira Medieval e a Feira Internacional do Chocolate, que faz com que todo o país conheça Óbidos.-----

-----Reportou-se também às Caldas da Rainha que tem a maior árvore de Natal do país e tem a afluência que tem.-----

-----Não se querem comparar a Caldas da Rainha mas têm que pensar no que está à volta e no que podem fazer sem imitar os outros de forma a trazer as pessoas à cidade. Esta cidade conseguiu ter lojas âncora na cidade que complementem o comércio tradicional fazendo com que as pessoas usufruem o comércio tradicional e as multinacionais e também têm um centro comercial, que não pode ser a desculpa para tudo.-----

-----Manifestou o seu desagrado com a iluminação de natal da cidade, que se traduz nuns vasos e umas passadeiras vermelhas e questionou qual é o critério para a passadeira vermelha, até onde vão, e se há lojas de primeira e lojas de segunda.-----

-----Em relação à árvore de Natal que não está acabada e não sabe se é para atear o fogo e “matar” de vez o comércio tradicional, inquiriu qual o seu custo e quem foi a entidade que a fez.-----

-----Por último disse que não têm que ser iguais aos outros, mas têm que pensar que iluminação de Natal é essencial nesta época, quando o comércio tradicional equilibra os seus períodos mais mortos de vendas e estava na altura de o potenciarem assim como a cidade. Não se podem esquecer que chegaram a ter uma pista de gelo que se enchia de jovens à noite e aos fins-de-semana.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** manifestou-se desagrado por uma pessoa que vive na cidade dizer que o comércio está morto, pois é dizer algo que não fica bem para os comerciantes torrienses.-----

-----Assim, informou que nos últimos 4 meses abriram 16 lojas no centro histórico que foram remodeladas. Poderá não ser o ideal, mas depois das contingências sócio-económicas que o país atravessou, estão a verificar mais licenciamentos no centro histórico.-----

-----Acha que fica mal dizer que o comércio está a morrer. -----

-----Quanto à árvore de Natal esclareceu que foi concebida por dois jovens torrienses, Tiago Pombal e Gonçalo Caetano, apostando na criatividade e custou €10.590,00 com IVA incluído. Tem uma concepção diferente, é uma obra de arte, com a duração de 5 anos, e apesar de não ser do agrado de todos, impediu que 140 paletes fossem para o lixo e tem a duração de 5 anos.-----

-----Quanto ao critério que é estabelecido para a iluminação pública, deu nota que é fruto do diálogo com os comerciantes e com a ACIRO e este ano também conseguiram chegar a Santa Cruz, no sentido de puxar por este território.-----

-----Também vão fazer uma campanha incisiva nos meios de comunicação social a partir de amanhã, que terá início com a inauguração da árvore no Largo da Havaneza pelas 18.00h.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **CONSELHO CONSULTIVO DO CENTRO HOSPITALAR DO OESTE** :-----

-----Na qualidade de representante da Assembleia no conselho em título o **Sr. José Augusto de Carvalho** disse que trazia num assunto recorrente, informações que não vão no sentido positivo.---

-----Afirmou que no Hospital de Torres Vedras as coisas não vão bem e com o decurso do tempo vão de mal a pior.-----

-----Assim passou a dar nota de alguns dados relativamente a setembro de 2015 e setembro de 2016. Começou pelo número de doentes em lista de espera nas consultas médicas que era 5331 e passou a 6136, nas cirurgias o número de doentes em lista de espera que era 1563 passou a 1927 e o tempo de espera para a cirurgia que era de 129 dias, passou a 183 dias. -----

-----O número de pessoas que acedem aos serviços de urgência era de 36.361 e passou a 42.907 pelo que se interroga por onde andam os serviços de cuidados primários de saúde, porque é a insuficiência destes que leva em alternativa as pessoas a recorrerem à urgência.-----

-----Ainda voltando à estrutura hospitalar, o número de intervenções cirúrgicas programadas por médico vem em decréscimo, como está a decrescer o número de consultas médicas por médico.---

-----Disse que é muito grave e questiona o que se passa em Torres Vedras neste domínio porque  
ouve pessoas de outras áreas do país e não encontra queixas comparáveis com a que tem.-----

-----Frisou que o panorama é grave não apenas na insuficiência do serviço prestado pois também  
há degradação nas instalações do hospital. Não percebe o que está à espera o CHO para um  
investimento que julga, pelos dados que recolheu, na ordem de €100.000,00 para a cobertura  
onde há infiltrações, num centro hospitalar que tem um orçamento anual de mais de  
€70.000.000,00.-----

-----Considera que não se podem conformar com este quadro e têm que fazer ouvir as suas vozes,  
para o que é inadmissível. Há muita gente que sofre em silêncio com estas insuficiências e não  
podem pactuar com isto.-----

-----O líder da bancada do PSD, **Sr. Luís Carlos Lopes** começou por saudar o que parece ser  
alguma independência em relação ao poder central, independentemente de poderem pensar que  
há algum recado, quanto à gestão do CHO.-----

-----Não sabe qual a perspetiva do PS do governo e da Câmara de Torres Vedras, certo é que os  
números têm vindo a piorar. Já com o PS no Ministério da Saúde os tempos de espera para  
cirurgias passaram de 129 dias para 183 dias. A rentabilidade por médico prova que se as coisas  
não estavam bem, apregoado como culpa do governo do PSD, agora estão bem piores.-----

-----Ainda bem que o membro falou, agora devem ser consequentes e utilizar os contactos que têm  
com o governo que é da mesma cor partidária.-----

-----Declarou que neste momento a culpa é do Partido Socialista.-----

-----Em resposta o **Sr. José Augusto de Carvalho** disse que não é candidato ao CHO e não há  
fidelidade partidária que se deva sobrepor à dimensão deste problema. Também não é o PS  
enquanto entidade, são pessoas muito concretas que têm responsabilidade nesta cadeia.-----

-----Muitas vezes invoca-se falta de médicos e que os recursos humanos cada vez são menos,  
mas em 2014 havia no CHO 299 médicos a tempo completo e agora há 351, enfermeiros havia  
534 e agora 589.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que estão a trabalhar no assunto, e quando houver  
possibilidade de uma reprogramação dos fundos comunitários do Portugal 2020, o município tem  
duas prioridades que são a educação e saúde.-----

-----Referiu que os dados que o membro citou são fundamentais para poderem melhorar um  
conjunto de rácios, também na vertente física. Há um factor muito importante que são os recursos  
humanos alocados na área da saúde e estão a trabalhar nessa vertente com as juntas de  
freguesia e com a ACES Sul para poderem ter uma visão integrada e para que todos possam ter  
conhecimento do trabalho desenvolvido.-----

-----Não há partidos, há os interesses dos torrienses no sentido a ter melhores cuidados de saúde  
no Serviço Nacional de Saúde.-----

-----O membro **Marco Claudino** registou de forma agradada a intervenção do colega José Augusto de Carvalho mas realça que se antes a crítica era ao governo anterior e agora passou a ser ao Conselho de Administração do CHO.-----

-----Lembrou que é o PS que tem o cartaz a querer passar uma imagem “rosa” da saúde quando diz “mais médicos de família”, mas esquece que hoje no município de Torres Vedras há mais utentes sem médico de família.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**TUT:**-----

-----O **Sr. João Bernardes** interveio no sentido de alertar que os transportes urbanos não passam nos Matos Velhos assim como na Encosta de S. Vicente questionando se está previsto esse percurso.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que o TUT vai ao Paúl, mas não há condições para ir a Matos Velhos. A zona do Forte de S. Vicente está assegurada com o serviço “Porta a Porta”, que faz todo o perímetro urbano da cidade.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PETIÇÃO DE ANTÓNIO MOREIRA:**-----

-----O **Sr. António Moreira** deu nota que há uns meses atrás apresentou no Ministério da Saúde, Assembleia da República, na Câmara e na Assembleia Municipal, uma petição para que o retorno das especialidades ao Hospital de Torres Vedras, fosse discutida em plenário.-----

-----Nesta sequência gostaria de saber se também vai ser discutida na Assembleia e na Câmara Municipal. Na Assembleia da República tem informação que vai ser discutida dentro de um mês.---

-----O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu o trabalho que desenvolveu em relação à vertente do Hospital e está convicto que a muito curto prazo irão falar sobre esta temática.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**CONSELHO CONSULTIVO DOS AGRUPAMENTOS DOS CENTROS DE SAÚDE OESTE/SUL:--**

-----Na qualidade de representante da assembleia no conselho consultivo em título o **Sr. Jacinto Leandro** interveio para dar nota que desde a chegada do novo diretor ainda não reuniram, pelo que em termos de órgão consultivo, estão fora da realidade.-----

-----Contudo a solicitação do edil, realizou-se uma reunião com o diretor e todos os Presidentes de Junta, que foi útil e onde os autarcas de freguesia que são aqueles que dão a cara pela realidade que é a falta de condições de atendimento e de médicos, tiraram dúvidas e ficaram a saber o que se passa para transmitir às populações.-----

-----Ficaram a conhecer que a principal dificuldade é a falta de médicos mas também que tem sido feito algum esforço, com a vinda de novos médicos e neste momento há um concurso aberto para três médicos para todo o agrupamento, Lourinhã, Torres Vedras e Mafra.-----

-----Alertou para a questão do desenho territorial das novas unidades de saúde previstas que vão

demorar o seu tempo e algumas pressupõem a construção de instalações, e que podem levar ou não a agregar outras freguesias onde devem levar tem linha de conta as questões logísticas e dos transportes.-----

----Por último informou que chamou a atenção do novo diretor da necessidade do conselho consultivo reunir e abordar as questões de modo a que possa informar os presidentes de junta no sentido de melhorar a saúde no concelho de Torres Vedras.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**RENOVAÇÃO DOS SELOS DE ESTACIONAMENTO:**-----

----O **Sr. João Pedro Gomes** questionou a razão dos constrangimentos que se verificaram aquando da renovação dos selos de estacionamento e fez votos para que não se verifiquem na próxima renovação.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que a renovação faz-se de dois em dois anos e o regulamento tinha uma norma que fez com que todas as pessoas tivessem novamente que vir à Câmara Municipal, mas já está retificado.-----

----No futuro já não será necessário e poderá ser feito online.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**TERMINAL RODOVIÁRIO:**-----

----O **Sr. João Pedro Gomes** deu nota da falta de condições que se verificam para os utentes do terminal, situação que vai lembrar até que seja arranjado. Em horas de maior afluência e em que chove a lona que cobre a cobertura pouco cobre, há muitos utentes que ficam molhados e era altura de uma vez por todas a autarquia resolver o problema.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** disse esperar que no próximo mandato possam ter um novo terminal e estão a trabalhar para que assim seja.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ESTÁDIO MUNICIPAL - CAMPO MANUEL MARQUES:**-----

----O **Sr. João Pedro Gomes** indagou se está previsto algum investimento no pressuposto de que o clube suba de divisão, para prevenir que surja o problema de não poder jogar em casa por falta de condições e de receber condignamente quem visita.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** fez notar que foi com as condições que tem que o Torriense recebeu o Nacional da Madeira, clube da primeira divisão, com muita dignidade. Têm vindo com a direção do clube e a junta de freguesia a tentar melhorar alguns aspectos e a Câmara tem a pretensão de no próximo mandato fazer obras de renovação no campo e começar a trabalhar no projeto para o espaço desportivo de Arenas.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**FALTA DE PINTURAS NAS ESTRADAS:**-----

----O **Sr. João Pedro Gomes** disse que faltam pinturas nas estradas reparadas recentemente em

alguns lugares do concelho, e tendo em conta que estão no Inverno, por vezes com pouca visibilidade, em nome da segurança dos utentes, devem ser quanto antes pintadas.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que a autarquia não tem tido possibilidades a nível monetário, mas o trabalho está inventariado. Esperam conseguir na Primavera.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **CENTRO HISTÓRICO – PRÉDIOS DEVOLUTOS/RUÍNA E DEGRADADOS:**-----

-----O **Sr. João Bastos** lembrou que na última sessão interveio sobre este assunto e solicitou que lhe fossem disponibilizados os critérios que definem os prédios em título e em que reunião do Executivo foram aprovados, mas ainda não recebeu resposta.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que o assunto está a ser tratado pela Área do Centro Histórico e a muito curto prazo receberá a resposta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **COMEMORAÇÕES 40 ANOS DO PODER LOCAL:**-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou no dia 10 de dezembro realizam-se em Coimbra comemorações sobre o poder local, para as quais os membros se podem inscrever e que a Câmara Municipal assegura o transporte.-----

-----Aproveitou para convidar os membros da Assembleia Municipal para o jantar evocativo dos 40 anos das primeiras eleições autárquicas que a autarquia vai realizar no dia 12.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **INVESTIMENTO NO CONCELHO:**-----

-----O **Sr. Marco Claudino** disse que no passado sábado o edil comunicou no facebook, numa página patrocinada por todos, uma manifestação de disponibilidade ao governo de ter uma empresa de grande dimensão e de importância estratégica no concelho o que considera bem vinda.-----

-----Fez notar que em Torres Vedras nos últimos 10,15, 20 anos não há uma grande empresa que tenha vindo para o município resultante de investimento externo. Todos os investimentos resultam de torrienses.-----

-----Não considera que a CUF, a Soerad ou Arena tenham a ver com a capacidade do município de atrair investimento, porque este tipo de investimento é feito onde há pessoas e tanto é feito em Torres, nas Caldas como em Leiria. O que conta é atrair investimento externo para gerar emprego e fazer com que diariamente não tenham que se deslocar para Lisboa, que é a realidade do concelho.-----

-----Manifestou-se satisfeito com esta preocupação do edil mas daquilo que conhece sobre atrair investimento, está longe de ser um procedimento correto, citar no facebook que a Tesla está a negociar com o governo português.-----

-----Lamentou que o edil ao invés de discretamente, diplomaticamente apresentar argumentos e

depois apresentar resultados, faça propaganda. Aquilo que é verdadeiramente estruturante para Torres Vedras não se deve prejudicar com uma mera propaganda sem sentido.-----

-----No que respeita à vertente de captação de investimento para o território o **Sr. Presidente da Câmara** disse que tem vindo a trabalhar com esse objetivo. Nas últimas décadas muitos têm sido os investimentos de empresas cotadas na bolsa, quer nacionais quer internacionais. -----

-----Mas também fica muito feliz por os torrienses investirem e a Câmara Municipal tem dado o seu contributo positivo para esse mesmo investimento.-----

-----Relativamente ao assunto causa trata-se de uma empresa americana que produz carros eléctricos. É um motivo de grande orgulho e um sinal que Portugal está na primeira linha para este investimento, mas também se enquadra na visão do município na área de sustentabilidade.-----

-----Assinalou que o município está a trabalhar arduamente na componente de atrair investimento na área da economia verde e economia circular e este projeto insere-se nesse objetivo. Lembrou que as taxas municipais para construção sustentável têm um desconto até 90%.-----

-----Deu nota ainda que falou com o Primeiro Ministro, Ministro do Ambiente e Ministro da Economia sobre este projecto, no qual estão interessados em receber, para além de Torres Vedras, os municípios de Palmela, Moura e Mafra.-----

-----Tiveram que assumir a posição de que estão disponíveis para acolher investimento estrangeiro e hoje estão a competir com Espanha, França, Holanda e alguns países de leste. Trata-se de um investimento estratégico que a empresa tem de chegar à Europa e Torres Vedras está posicionado. -----

-----Estão a trabalhar já com os operadores locais a vários níveis e na componente tecnológica e telecomunicações instalados no concelho, com empenho mas com o jogo aberto e deste modo Torres Vedras está a dar um contributo positivo para Portugal.-----

-----Por último disse que no primeiro trimestre de 2017 vão trabalhar com a equipas técnicas no sentido de atrair investimento para o território e podem contar sempre com o Presidente da Câmara para estar na primeira linha deste desígnio.-----

-----Teve início o período da Ordem do Dia.-----

**PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2017 DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS - OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) E O) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013, DE 12.09:**-----

-----Presente ofício número 10099 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28 de outubro, a remeter, em conformidade com o deliberado pelo Executivo, em sua reunião extraordinária de 27.10.2016, os documentos em título.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara**, disse que com este orçamento pretendem manter os níveis de execução de 2016 com o valor acrescentado dos fundos comunitários, que é relevante pois entram

no novo ciclo e 2017 irá fazer jus a isso.-----

-----Assim informou que o orçamento anterior era de 40 milhões de euros e para 2017 será €48.000.000,00. Os €8.000.000,00 a mais reporta-se a um conjunto de investimentos que estão previstos no âmbito do Portugal 2020, em todas as áreas e em diferentes locais do concelho.-----

-----As receitas de capital aumentaram cerca de 210% e as correntes cerca de 22.74%.-----

-----Do que é mais relevante destacou a Escola de S. Pedro da Cadeira e o Centro de Artes e Criatividade no antigo matadouro, e a contratação de empréstimos para a Escola do Turcifal, Museu Joaquim Agostinho e Variante de A-dos-Cunhados.-----

-----Reforçou que para o Executivo a educação é uma prioridade e têm mais de €6.000.000,00 empregues no serviço que prestam nesta área, onde as juntas de freguesia, associações e comunidade educativa também estão envolvidas com o intuito de terem um projeto educador cada vez melhor.-----

-----Deu nota que o passivo financeiro diminuiu de 16,2 milhões para 12,6 milhões de euros, que é um bom indicador em termos de rácios e dívida também diminuiu cerca de 9%.-----

-----Pela primeira vez há um enquadramento em termos de orçamento e mapa de pessoal, com uma visão da Câmara Municipal para a gestão do município.-----

-----Relativamente ao pessoal apenas vão consolidar mobilidades internas e vão abrir lugar para cinco sapadores florestais, que há data estão a recibos verdes, já que se trata de uma equipa que dá um excelente contributo em termos de prevenção, segurança e limpeza da floresta e precisa de estabilidade.-----

-----Deu nota ainda que ao longo dos últimos anos tem construído um conjunto de equipamentos e infra-estruturas e era importante apostarem em modelos programáticos de manutenção. Assim ao longo de 2017 irão ter a oportunidade de lançar sete programas específicos na área da manutenção, relativos a Parque Escolar, percursos Pedestres e EcoPista, Espaços de Jogos e Recreio, Limpeza do Património Histórico, Controlo de Infestantes no Espaço Público, Rede Viária e Linhas de Água.-----

-----Como modelo político determinante vão manter a prestação de serviços que praticam ao dia de hoje e aproveitar os fundos comunitários, o que tem conseguido porque têm um conjunto de técnicos altamente competentes, na Câmara, SMAS e Promotorres que os levam a alcançar estes objetivos. -----

-----Manifestou-se um Presidente de Câmara feliz porque têm contratualizado com o Portugal 2020 cerca de €19.000.000,00 até 2020, e porque soube recentemente que a candidatura para proteção da orla costeira das praias Formosa e Azul foi aprovada, tendo sido ele, sem “propaganda”, que promoveu as demarches para que os municípios fossem incluídos nesta candidatura, porque vinha definido pelo anterior governo e só englobava a administração central. -----

-----Trata-se de um orçamento de rigor e de objetivos que irá dar contributos para a melhoria da

qualidade de vida dos torrienses e daqueles que os visitam.-----

-----O líder do grupo municipal do PS, **Sr. José Augusto de Carvalho** sublinhou com agrado que o orçamento para 2017 pressupõe um conjunto de opções de política que foram identificadas.-----

-----Assim referiu-se concretamente ao pressuposto de atrair investimento e criar emprego através de medidas simbólicas tais como alterações aos regulamentos de urbanização e o de taxas, a aposta no desenvolvimento integrado do território, a aposta no aumento do investimento na reabilitação/recuperação urbana da cidade, a aposta na recuperação e preservação do património cultural, a acentuação da participação pública com o orçamento participativo, o desenvolvimento das parcerias com as juntas de freguesia e associações do concelho e por último a melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores do município.-----

-----Saliou a alusão que o edil fez à importância dos apoios do Portugal 2020, com as candidaturas que já fazem parte deste orçamento e de outras que irão fazer parte.-----

-----Saliou ainda que este exercício aposta no investimento sem descuidar o equilíbrio das contas públicas e na melhoria das condições do município.-----

-----Disse que o orçamento evidencia alguns números, reportando-se às receitas correntes que têm um valor mais significativo e são canalizados para apoiar a despesa de capital, concretamente 5,6 milhões que constituem um excedente que é aplicado em despesas de capital.-----

-----Sublinhou de entre as principais receitas do município, os impostos diretos com €17,6 milhões, as transferências correntes €13,9 transferências de capital €13,2. Na despesa, a mais importante é €13,2 na aquisição de bens e serviços a que se segue despesas de pessoal com 12,5 milhões que aumentam 4,4% mas o rácio comparativamente com o total das despesas orçamentadas diminuiu relativamente a 2016 passando de 28,55% para 25,92% e em terceiro lugar aquisição de bens de capital, transferências correntes e depois as transferências de capital.-----

-----Quanto às despesas por áreas a mais significativa é a de infraestruturas e obras municipais, depois educação, gestão de áreas urbanas, transportes e trânsito e cultura e turismo.-----

-----Ainda sobre as despesas com pessoal é de assinalar vem em quarto lugar a despesa referente às infraestruturas e obras municipais.-----

-----A concluir disse que se trata de um orçamento ponderado, com visão estratégica e que tem apoio do Grupo Municipal do PS.-----

-----A Líder da Bancada do PCP, **Sra. Teresa Oliveira** considera que terá sido um orçamento ponderado, congratulam-se com algumas das opções, mas não seria o orçamento do PCP.-----

-----Assim manifestou apreensão quanto às transferências de capital para as juntas de freguesia que diminuem €80.000,00 e sobre a verba para o desporto que é essencialmente para pagar empréstimos antigos dos campos relvados sintéticos.-----

-----Fez notar que há pouco investimento e é aberta rubrica para outro campo relvado, pelo que o PCP considera que já há campos em demasia e não seria uma prioridade para 2017.-----

-----Fez notar ainda que os deixa apreensivos a verba prevista para restaurar o teto da Igreja de S. Pedro, pois não percebem a razão de ser a Câmara Municipal a custear a obra.-----

-----Ficam felizes pelo projeto de valorização do Castro Zambujal e pela requalificação do Museu Leonel Trindade mas pelo acima exposto, o PCP iria abster-se.-----

-----O **Sr. Marco Claudino** começou por dizer que o orçamento em discussão é um dos maiores orçamentos dos últimos tempos e teve um aumento de 15%, que resulta em grande medida dos fundos comunitários que vêm através do Portugal 2020, tão criticado pelo PS de Torres Vedras.----

-----Verificou que aprofunda, ainda que menos acentuadamente, as receitas de imposto e taxas, que é a receita habitual deste Executivo.-----

-----Disse que o orçamento apresenta números errados pois não é lógico que estejam a votar um documento em que se prevê receitas de transferência dos orçamento de Estado, que não são as reais.-----

-----Questionou sobre a redução significativa do gasto em 30% de eletricidade e 40% de iluminação pública.-----

-----Também é um orçamento que prevê o dobro valor das ajudas de custo do executivo camarário e tem um aumento de 3% para as freguesias mas a Unidade de Inovação e Comunicação tem previsto €600.000,00 que se traduz num aumento de 12% -----

-----Segundo o mapa de dívida é um orçamento que, com os empréstimos que irão ser aprovados terão empréstimos de médio longo prazo com valores superiores aos que têm em Janeiro.-----

-----Referiu-se à carta que o edil escreveu sobre as grandes prioridades na área do Turismo, para dizer que não conseguiu ver espelhado neste orçamento quais os grandes investimentos que mencionou para esta área. -----

-----É um documento que não prevê o campo sintético para o campo do SCUT, ao contrário do que era expeável e que já foi prometido e assumido há vários anos. Trata-se do clube mais representativo da região que tem equipas em várias faixas etárias na sua componente de formação espalhadas por 3 relvados fora da cidade e podia estar previsto pelo menos um campo.--

-----Lembrou que a autarquia fez contratos programa com as associações para os relvados e seria um estímulo se neste documento houvesse o compromisso de dizer ao SCUT que iriam construir o campo e que depois saldava a dívida à Segurança Social.-----

-----Disse que não reflete o que o PSD entende o que é a valorização do orçamento participativo, que para ser verdadeiramente participativo devia representar uma percentagem do seu valor referindo uma proposta que os Vereadores do PSD no Executivo fizeram no sentido de ser de 1%, que neste caso seriam €480.000,00, mas o edil disse que não havia condições de estipular mais de €250.000,00.-----

-----O entendimento do PSD é que quando o orçamento aumenta também deviam aumentar o valor do orçamento participativo e o mesmo tratamento quando diminui. Trata-se de um valor de

€250.000,00 num orçamento de 48 milhões de euros.-----

-----Sem incluir os SMAS têm €62 milhões de euros de orçamento e têm que saber se o retorno para os torrienses equivale a €5.000.000,00/mês. Era bom saber o que fazem com €5.000.000,00 por mês.-----

-----A concluir disse que o grupo municipal do PSD vai votar contra porque o orçamento não tem nenhum rasgo para o futuro e pouca inovação.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** passou a responder a algumas das questões colocadas, assim:--

-----Relativamente às transferências para as juntas, informou que vai ser compensado com o saldo de gerência.-----

-----Esclareceu que o restauro da cobertura da Igreja de S. Pedro é cofinanciado em 85% e o município vai dar 15% e dado que se trata de património nacional que está no concelho julga ser importante para a sua preservação.-----

-----Disse que demagogia já é apanágio do membro Marco Claudino e esclareceu que os números que têm do orçamento de estado é uma previsão baseada nos valores do ano transacto, e quando este documento for aprovado para 2017 terão dados concretos para trabalhar.-----

-----Reafirmou que os números não estão errados, são os números certos para trabalhar um documento previsional e fica-lhe mal dar essa nota dos técnicos da autarquia.-----

-----Quanto à iluminação pública informou que estão a trabalhar na primeira fase do projeto OesteLed, para o qual está a decorrer um concurso, que visa modelos de poupança significativos.-

-----No tocante ao turismo deu nota que estão previstos grandes investimentos no concelho, que ficarão ao serviço do turismo tais como, o Centro de Artes do Carnaval, requalificação da Igreja de S. Pedro, valorização do Castro Zambujal, Museu Joaquim Agostinho e ainda a requalificação da Praias Formosa e Azul.-----

-----Disse que ainda bem que o membro acordou para o SCUT, o que se tem manifestado nas últimas intervenções que tem feito e informou que têm vindo a trabalhar nos últimos anos e têm a rubrica aberta para iniciarem o projeto.-----

-----Lembrou que o SCUT foi aprovado pela Câmara e Assembleia como clube prioritário para a instalação de um relvado sintético, mas não existiram condições e estão agora a equacionar o assunto para dotar a cidade de Torres Vedras de um complexo desportivo que os possa orgulhar a todos. -----

-----No que se refere ao orçamento participativo, ainda estão num processo evolutivo e de aprendizagem. Julga que a proposta do PSD de aumentar o valor é razoável e vão estudar para o próximo orçamento, mas no orçamento para 2017 não vai ser possível.-----

-----Lembrou novamente que nos fundos comunitários o valor de 15% é sempre por conta do município e têm que os ir procurar sendo aqui que está a diferença de visão, pois apresentam um orçamento com as contas equilibradas. Lembrou que levam dois anos de atraso dos fundos

comunitários e quando o PS chegou ao governo nem havia regulamentos para os mesmos.-----

-----O **Sr. Marco Claudino** pediu novamente a palavra para lembrar que a Loja do Cidadão, que deve ser inaugurada em setembro, teve o seu programa para concurso a fundos comunitários ainda com previsão no governo anterior.-----

-----Lembrou ainda que Portugal foi o segundo país a apresentar o seu programa para o Portugal 2020 e que a execução do QREN em período homólogo com o governo do PSD teve o dobro da execução. Quando diz que estão com dois anos de atraso porque o Portugal 2020 é de 2014 a 2020, têm que ser sérios e dizer que os dois anos são de execução do programa anterior.-----

-----Falando na vertente turística, aproveitou para questionar qual o número de visitantes e a receita do Atelier dos Brinquedos, já que na altura foi dito que seria um grande ativo turístico.-----

-----Sobre o Torriense fez notar que fica mal o presidente dizer que ele acordou agora pois há uns anos atrás ia a todas as Assembleia Gerais do clube e deixou de ir quando começou a fazer parte da Assembleia Municipal, porque entendeu que devia fazer uma separação. Em 1991/1992 só falhou um jogo.-----

-----Por último e porque o edil disse já duas vezes que no próximo mandato autárquico “vamos fazer”, lembrou que há umas eleições para disputar e no fim verão quem as ganha.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** fez notar que o Sr. Marco Claudino disse na sua primeira intervenção que o orçamento para 2017 implica o aumento de taxas e impostos, pelo que questiona se o documento incluiu uma alteração da tabela de taxas, já que é assim que são aumentadas ou diminuídas.-----

-----Questionou onde é que o membro vê um aumento de impostos.-----

-----O **Marco Claudino** respondeu que dizer que nos últimos anos não aumentam a taxa do IMI é uma grande falácia porque as reavaliações fizeram com aumentasse o valor patrimonial tributário e assim o município aumenta a receita. O que disse é que se prevê um aumento embora menos acentuado da receita de taxas e impostos.-----

-----Também podia questionar se a ordem de trabalhos está bem feita, porque estão primeiro a aprovar um orçamento e só depois vão aprovar as taxas, que vão levar à receita deste mesmo orçamento, mas não o vai fazer porque sabe que o edil vai responder que é a média dos últimos dois anos.-----

-----A realidade é que nos últimos 5 anos a receita do IMI aumentou 76% e crê que a média de rendimentos das pessoas não aumentou seguramente esse montante.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** lamentou que existam duas bancadas do PSD. Num passado muito recente via um PSD moderado, sem demagogia e hoje vê um com muita demagogia.-----

-----Reafirmou que este é o orçamento do PS, democraticamente divergindo nalguns aspetos com as outras bancadas. A realidade é que não há aumento de impostos nem taxas municipais.-----

-----O Líder da bancada do PSD, **Sr. Luís Carlos Lopes** afirmou que só há um PSD, com todos os

seus membros com o sentido responsabilidade de estarem por conta dos munícipes, para lhes prestar contas.-----

-----Salientou pela positiva que pela primeira vez há uma nota introdutória e que a referência aos números errados não foi para pôr em causa a capacidade e empenho dos técnicos desta área. -----

-----Considera que não é um orçamento ambicioso embora seja bom que se possa iniciar duas escolas, remodelar o Centro de Saúde da Ventosa e ter rubricas abertas para “janelas de oportunidade.” Também é bom que se faça a obras na zona do Choupal, Matadouro e sua envolvência, mas não tanto o Centro de Artes do Carnaval, registando desde já o desejo que tenha muitos visitantes já que é muito sazonal.-----

-----Trata-se do orçamento do PS, não é o orçamento do PSD, votarão contra que será o mesmo sentido de voto do PSD do Executivo.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** lembrou que a única proposta do PSD foi do orçamento participativo.-----

-----Não se registaram mais intervenções pelo que o Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto em discussão:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 26 votos a favor, 5 abstenções e 8 votos contra os Documentos Previsionais para 2017 do Município de Torres Vedras - Opções do Plano, Orçamento e Mapa de pessoal.-----

-----Anota-se que votaram a favor os membros do PS, Pedro Germano e Hélio Gomes, abstiveram-se os membros do PCP e António Moreira (Torres nas Linhas) e votaram contra os membros do PSD e João Pedro Gomes (CDS-PP).-----

-----Encontrava-se ausente na votação Rui Prudêncio.-----

**PONTO 2 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO RECEITA/DESPEZA E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) E O) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013, DE 12.09:**-----

-----Presente ofício número 10100 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28 de outubro, a remeter, em conformidade com o deliberado pelo Executivo, em sua reunião extraordinária de 27.10.2016, os documentos em título.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** salientou a sustentabilidade económico/financeira dos SMAS e o orçamento para 2017 espelha isso mesmo, com um conjunto de ações positivas e redução no tarifário da água.-----

-----Assinalou que assenta no rigor e no combate às perdas de água, com investimentos em sistemas inteligentes de gestão em baixa, a telecontagem que é relevante, assim como a implementação do Plano de Segurança da Água, sendo um dos poucos municípios do país a ter

um instrumento destes.-----

-----Estão a construir o reservatório de Monte Redondo/Loubagueira, saneamento de Olho Polido, emissário do Vale da Azenha, requalificação urbanística e hidráulica da Praia do Amanhã, saneamento de Carreiras/A-da-Rainha e da Galpilheira.-----

-----Deu nota ainda que nesta data já sabem que o saldo de tesouraria será de 2,6 milhões de euros, com o qual irão dar continuidade a projetos tendentes a que cada vez mais os SMAS sejam uma referência.-----

-----Referiu a inauguração das novas instalações, que foi um passo importante para a qualidade de serviço prestado ao cidadão, que é feito através do balão único de atendimento.-----

-----A **Sra. Teresa Oliveira** disse que o PCP se irá abster por causa das eternas questões das infiltrações, que fazem com que tenham que pagar o tratamento de águas residuais sendo pluviais.

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** assinalou que desde há largos anos que o Dr. Sérgio Simões e Dra. Claudia dão uma nota de credibilidade à sua gestão.-----

-----Aproveitou para referir que os documentos dos SMAS sempre foram mais bem cuidados, situação que se mantém, mas a Câmara Municipal aproximou-se e os da Promotorres também estão muito bem elaborados. -----

-----Disse ser interessante que os SMAS possam fazer um conjunto de obras com o saldo transitado, tal como referido pelo edil.-----

-----Deu nota que é relevante que possam fazer este investimento sem a ajuda da Câmara Municipal, o que faz com que a posição do PSD, seja ligeiramente diferente da que têm em relação ao orçamento da Câmara Municipal.-----

-----Relativamente às redes separativas questionou que tipo de investimento ou acerto de contas estão previstos com a Águas do Oeste, SA e suas subsidiárias, tendo em conta os custos imputados à autarquia.-----

-----Já que estão no fim do mandato autárquico gostaria de saber em termos de execução o que está previsto na água, saneamento, rede separativa, etc.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por informar que os rácios a nível do saneamento e da água são superiores aos rácios comunitários e são o único Município de Portugal que pôs em Tribunal a Águas do Oeste S.A pela questão das infiltrações. Estão a trabalhar para encontrar uma solução que do ponto de vista técnico está aferida mas depende do aval da entidade reguladora.---

-----Quanto aos investimentos futuros informou que estão a terminar pequenos troços em aldeias do território mas também a trabalhar numa candidatura que visa o levantamento de todo o cadastro (abastecimento de água e saneamento) para remodelar todas as redes.-----

-----É um desafio importante e nas zonas mais antigas têm alguma dificuldade. Depois farão o plano de intervenção nos sistemas de gestão em baixa.-----

-----Também estão a fazer um trabalho muito apurado na vertente tecnológica, com a telegestão,

telemetria e telecontagem, que são investimentos significativos que fazem sem a ajuda da Câmara Municipal, o que traduz uma excelente gestão que é de relevar e onde são cada vez mais eficazes.-----

----Para mais alguns esclarecimentos deu a palavra ao **Sr. Sérgio Simões** que começou por abordar o argumento da abstenção do PCP, dizendo que tem dificuldade em perceber que culpa têm os SMAS das infiltrações e o que tem a ver com o orçamento.-----

----Quanto à questão do líder do PSD, disse que não estava na posse dos números de todo o mandato mas que iria providenciar e teria todo o gosto em lhe fornecer.-----

----No entanto podia dar nota que neste momento têm 94% dos fogos com redes separativas e desses 93,4 % com tratamento em Etar, pelo que estão num nível muito além do previsto no PEASAR, mas ainda vão fazendo um ou outro prolongamento, como é o caso do Olho Polido e Galpilheira-----

----Mais informou que a situação com a Águas do Oeste está em vias de resolução, mas a verdade é que não inviabiliza o que têm vindo a dizer porque de facto têm cada vez mais redes separativas mas cada vez pagam mais de águas pluviais nas Etares. Os SMAS não tem meios de obrigar as pessoas a escavar os seus pátios e separar a rede e assim a água pluvial vai para a rede de saneamento.-----

----Fizeram sentir ao Secretário de Estado que é um abuso de posição dominante, ser a entidade gestora em baixa e pagar 100% a totalidade dos custos das infiltrações.-----

----No que se refere à renovação das redes e de acordo com as orientações europeias os SMAS têm tentado fazer 1% das redes anualmente ou seja 10/11 Km de renovação total de rede.-----

----Não se registaram mais intervenções pelo que se passou de imediato à votação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por maioria de 27 votos a favor e 11 abstenções os Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano, Orçamento Receita/Despesa e Mapa de Pessoal para o ano de 2017 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras.-----

----Anota-se que se abstiveram os membros do PCP, PSD e CDS-PP e encontravam-se ausentes Joaquim Gomes e Rui Prudêncio.-----

**PONTO 3 – APROVAR A PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO, AO ABRIGO DO N.º 3 DO ART.º 6º DA LEI N.º 22/2015 DE 17/03, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO N.º 6 DA LEI Nº 8/2012, DE 21.02, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-**

----Presente ofício número 10101, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 28 de Outubro, a remeter a proposta em título, de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião extraordinária de 27.10.2016 e que se transcreve:-----

----“ Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 60 da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro,

doravante designada por LCPA, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, estabelece que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

-----Considerando que a Lei nº22/2015, de 17 de março veio acrescentar ao referido artº 6º o nº3, o qual dispõe que: “Nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a competência referida na alínea c) do n.º 1 pode ser delegada no presidente de câmara”.---

-----Solicito à assembleia municipal que a competência referida na alínea c) do n.º 1 do artº 6º da LCPA me seja delegada, quando o valor do compromisso plurianual seja inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.-----

-----A delegação proposta, só poderá ser usada quando, para além da condição prevista anteriormente, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, na sua actual redação e no Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.”-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse tratar-se de uma deliberação genérica em função do enquadramento legal previsto para o efeito.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes**, disse que as deliberações genéricas para todo um ano não devem ser dadas pela Assembleia Municipal. Acha que para a Assembleia ser dignificada devem manter as suas competências pois estão a cedê-las de forma abstrata e como tal o grupo municipal do PSD vai abster-se.-----

-----O **membro João Bastos** questionou qual o montante envolvido e também é sua opinião que estão a esvaziar a Assembleia Municipal das suas competências.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que é €99.759,58.-----

-----Não se registou mais nenhuma intervenção pelo que se passou de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria 31 votos a favor e 7 abstenções a proposta de delegação de competências para autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos e pagamentos em atraso.-----

-----Anota-se que se abstiveram os membros do PSD.-----

**PONTO 4 - FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, RESPEITANTE AO ANO DE 2016 A COBRAR EM 2017, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09.**-----

-----Presente ofício número 10523 da Câmara Municipal de Torres Vedras, a informar que em sua reunião de 8.11.2016 deliberou, por maioria propor a fixação das taxas do IMI respeitantes ao ano

de 2016 (a aplicar em 2017) em Prédios Urbanos – 0,40% e para os efeitos contidos no n.º 1 do artigo 112-A do Código do IMI, propor à Assembleia Municipal a seguinte redução a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar: 1 dependente a cargo – 20,00€, 2 dependentes a cargo – 40,00€ e 3 dependentes a cargo – 70,00€.

----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que se iria pronunciar sobre os pontos 4,5,6 e 7 e começou por informar que os Vereadores do PSD e PCP no Executivo divergiram na taxa do IMI já que a proposta do PS é de manter a taxa de 0,40%, por causa dos fundos comunitários para os quais a Câmara tem que alocar 15% o que não lhes dá margem para reduzir.

----Deu nota de alguns municípios similares a Torres Vedras cuja taxa do IMI é 0,45% tais como Santarém e Mafra.

----Referiu que a proposta do PSD e do PCP foi fixar em 0,36% o que implicava redução de receita entre os €600.000,00/€700.00,00 mas não têm margem no orçamento para esse nível.

----Referiu ainda que no IRS e na derrama houve consenso e na Taxa Municipal dos Direitos de Passagem houve uma proposta de redução do PCP para 0,20% que foi aprovada.

----Na vertente do IMI familiar também aprovaram a proposta do PSD de redução a aplicar aos prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente, atendendo ao número de dependentes.

----O **Sr. Jacinto Leandro** disse que o Grupo Municipal do PS concorda com esta posição.

----Fez notar que não haverá ninguém tanto quanto esta força partidária que gostaria que se pagasse menos IMI, mas que acontecesse de uma forma consistente e quase definitiva não baixando agora para ter que aumentar para o ano outra vez.

----Também disse que não gostaria que dissessem que em ano de eleições autárquicas baixaram o IMI.

----Defendeu que a razão fundamental prende-se com o facto da receita do IMI continuar a ser necessária para avançar com os investimentos no âmbito dos quadros comunitários para os quais é necessário 15% para complementar o financiamento.

----Aproveitou para manifestar o seu lamento de que todos os assuntos que têm debatido baixem sempre ao nível da política partidária nacional e gostava que fossem mais objectivos e se focassem mais a nível das posições das forças políticas do concelho Torres Vedras e dos problemas e soluções para o mesmo.

----Manifestou também o seu lamento pelo facto de ser atribuído muito tempo para debate dos assuntos, pelo que devem rentabilizar melhor os tempos e ser mais objectivos.

----O representante do PCP, **Sr. João Bernardes** disse o PCP tem sempre defendido a baixa de IMI e acha que têm que ter cuidado quando falam de fazer obra em ano de eleições.

-----A proposta do PCP é de 0,36% e vão votar contra a proposta de 0,40%.-----

-----Teve de seguida a palavra o **Sr. Marco Claudino** lembrando que coerentemente na sessão do Executivo através dos vereadores do PSD fizeram uma proposta de redução do IMI para 0,36% que é a mesma que apresentam hoje.-----

-----Registou ainda que, contrariamente ao que aconteceu há um ano atrás, a proposta apresenta uma dedução máxima para os dependentes, que no ano passado crê que era de metade.-----

-----Para o PSD a questão do IMI não está condicionada por ser ano eleitoral, tem a ver com o facto de ser um imposto que toca a todos, e que aumentou 68% nos últimos 4 anos e 76% nos últimos 5, que não é razoável para o cidadão.-----

-----Disse que a Câmara Municipal não pode colocar no orçamento de despesa primeiro e receita depois, sobrecarregando os munícipes para chegar a esse tipo de rendimentos. Tem que haver um equilíbrio entre as verbas que a Câmara necessita para prestar o seu serviço, e a carga fiscal que sujeita aos seus cidadãos.-----

-----Admitindo que pudesse haver desde a reavaliação algum aumento, não lhes parece razoável que seja de 76% e quando se diz que se mantém a taxa, é absolutamente indiferente para quem paga qual é o montante da taxa, porque no final do dia não vai pagar em taxas vão pagar em euros. Significa que hoje vão pagar mais 76 %.-----

-----Como ninguém ganha em taxas, ganham em euros, seria razoável fazer-se uma avaliação de quanto é que aumentou a receita do município e quanto é que necessita para realização das suas atividades.-----

-----Assim parece-lhe absolutamente equilibrado que possam fazer uma redução de 10%, isto é de 0,4 para 0,36 tal como a CDU também propõe.-----

-----Por último disse que o Edil escolheu como exemplos de municípios à medida e só quanto à taxa do IMI.-----

-----Relativamente à intervenção anterior o **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que o membro teve uma excelente oportunidade quando foi membro do governo do PSD de alterar a lei do financiamento das autarquias e aí estavam todos mais confortáveis.-----

-----Também disse que o município de Torres Vedras está no meio, e não evocou as outras taxas porque o que diverge em relação aos outros partidos é só na taxa do IMI.-----

-----No entanto seria um Presidente de Câmara feliz se conseguisse baixar a taxa mas não consegue face ao rigor orçamental que querem imprimir no orçamento para 2017. -----

-----Se ao nível dos Fundos Comunitários o processo tivesse tido uma evolução temporal diferente da que está a ter ao dia de hoje, eventualmente teriam condições para trabalhar e reduzir a taxa. Tem a consciência de que, não tendo outros recursos, tem que trabalhar com aqueles que têm.-----

-----Este orçamento visa darem um contributo positivo para implementarem um conjunto de projetos que são determinantes para o território, sempre com o objetivo de dar melhor qualidade

de vida aos torrienses.-----

-----Quanto à revisão da lei das finanças locais, o **Sr. Marco Claudino** disse que ocorreu crendo que não implicou menos transferências para os municípios do que recebiam ao abrigo da lei de 2007.-----

-----Relativamente ao edil dizer que o município de Torres Vedras está a meio, que seria 0,375, e não 0,4, não considera que seja um argumento válido porque já era esta taxa quando o máximo era 0,4, tendo sido o governo anterior que permitiu que os municípios a pudessem fixar até 0,5.-----

-----Importa discutir se um município que tem 40 milhões de euros com este grau de arrecadação de impostos, retorna no município o equivalente ao que cobra ao munícipe e se é equilibrado pedir ao munícipe quase 70% mais do que aquilo que cobrava à 5 anos.-----

-----A **Sra. Susana Neves** começou por dizer que a oposição não percebeu muito bem o tipo de projetos que a autarquia tem em mão no sentido de desenvolver e melhorar cada vez mais o concelho .-----

-----Também disse que ao escutar as intervenções lembrou-se de um professor recentemente falecido, Alfredo Bruto da Costa que dizia que “a solidariedade tem que ser com corresponsabilidade”, e de facto como cidadãos e com as dificuldades que têm pagam IMI, contribuindo no sentido de que virá em retorno para terem condições de vida melhoradas no concelho.-----

-----Reforçou que é fácil defender um abaixamento do IMI quando se sente que isso irá ter como impacto, um bloqueio para se conseguir executar os projetos.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** fez notar que não lhe parece bem falar de filosofia a esta hora, porque estão a discutir a fixação da taxa do IMI.-----

---O Sr. Presidente da Mesa, passou a ler a proposta do PSD que a seguir se transcreve:-----

-----“Proposta do Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Torres Vedras”:-----

-----Considerando que entre 2011 e 2015 a receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) aumentou 68%.-----

-----Considerando que hoje o município recebe 13.5 milhões de euros por ano só de IMI.-----

-----Considerando que o alívio da carga fiscal é algo sempre desejado e que estimula o investimento e a poupança.-----

-----Considerando que vários Municípios Portugueses têm vindo a propor uma redução da carga fiscal municipal.-----

-----Considerando que o Município de Torres Vedras orgulha-se de ser autarquia + Familiarmente Responsável.-----

-----O Grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar a seguinte proposta para o ano de 2017, nomeadamente:-----

-----A fixação da taxa do IMI em 0,36%, representando uma redução de 10% face à actual taxa de

0,4%.....

-----A dedução fiscal no IMI familiar nos máximos legalmente permitidos, ou seja, conceder uma dedução no IMI de €20, €40 e €70, respetivamente se as famílias tiverem 1, 2 e 3 ou mais dependentes a seu cargo.....

-----Torres Vedras 24 novembro de 2016”.....

-----Terminadas as intervenções o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação a proposta do PSD:.....

-----A Assembleia Municipal reprovou com 26 votos contra, 1 abstenção e 10 votos a favor a proposta de redução do IMI do PSD......

-----Anota-se que votaram a favor os membros do PSD, CDS, Teresa Oliveira e João Bernardes, absteve-se Hélio Gomes e votaram contra os membros do PS, Torres nas Linhas e Pedro Germano.....

-----De seguida colocou a proposta da Câmara Municipal à votação que foi a seguinte:.....

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 27 votos a favor e 10 votos contra fixar a taxas do IMI respeitantes ao ano de 2016 ( a aplicar em 2017) em Prédios Urbanos – 0,40% e para os efeitos contidos no n.º 1 do artigo 112-A do Código do IMI, e a seguinte redução a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar:1 dependente a cargo – 20,00€, 2 dependentes a cargo – 40,00€ e 3 dependentes a cargo – 70,00€......

-----Anota-se que votaram contra os membros do PSD, do CDS, Teresa Oliveira e João Bernardes......

-----Encontravam-se ausentes Joaquim Gomes, José Manuel Cristóvão e Rui Prudêncio.....

**PONTO 5 - FIXAÇÃO DA TAXA VARIÁVEL DO IRS, RESPEITANTE AOS RENDIMENTOS DE 2016 A COBRAR EM 2017, A QUE OS MUNICÍPIOS TÊM DIREITO EM CADA ANO, TENDO PRESENTE A ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 25 DA LEI 75/2013 DE 12.09;**.....

-----Presente ofício número 10520 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de novembro a informar que em sua reunião de 8 de Novembro, deliberou, por maioria propor que a taxa em título venha a ser fixada em 5%.....

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 29 votos a favor, 7 abstenções e 1 voto contra, fixar da taxa variável do IRS, respeitante aos rendimentos de 2016 a cobrar em 2017, a que os municípios têm direito em cada ano em 5%......

-----Anota-se que se abstiveram os membros do PSD e votou contra João Pedro Gomes (CDS-PP)

-----Encontravam-se ausentes Joaquim Gomes, José Manuel Cristóvão e Rui Prudêncio.....

**PONTO 6 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, AO LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA, A COBRAR NO ANO DE 2017, SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO**

**E NÃO ISENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09;**-----

-----Presente ofício número 10559 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de novembro, a informar que em sua reunião de 08/11/2016, deliberou, por unanimidade, propor a este Órgão Deliberativo o lançamento de uma Derrama, de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, bem como uma taxa reduzida de Derrama de 1% a cobrar em 2017, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 29 votos a favor, 7 abstenções e 1 voto contra, autorizar à Câmara Municipal o lançamento de uma Derrama, de 1,5% sobre o lucro Tributável sujeito e não isento de IRC, bem como uma taxa reduzida de Derrama de 1% a cobrar em 2017, sobre o lucro Tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00.-----

-----Anota-se que se abstiveram os membros do PSD e contra João Pedro Gomes (CDS-PP).-----

-----Encontravam-se ausentes Joaquim Gomes, José Manuel Cristóvão e Rui Prudêncio.-----

**PONTO 7 - FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2017, PREVISTA NA LEI N.º 5/2004 DE 10.02 - LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 25 DA 75/2013 DE 12.09;**-----

-----Presente ofício número 10522 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de novembro a propor a fixação da taxa a aplicar sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do correspondente município, em 0,20%, conforme deliberado, por maioria, pelo Executivo em sua reunião de 08/11/2016.-----

-----Uma vez que o ponto foi previamente apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à assembleia para a discussão do assunto.-----

-----O **Sr. João Bernardes** tendo presente que o edil já anunciou que a proposta do PCP para redução para 20% foi aprovada em sede de Executivo acrescentou que se trata de um valor pequeno mas não sabem se as operadoras entregam tudo à Câmara Municipal e se calhar devia ficar fixada a taxa de 0%.-----

-----O **Sr. João Bastos** disse que as operadoras têm que pagar à Câmara o direito de passagem mas alertou que há um problema que está à vista de todos, basta andar na rua. Quando mudam as operadoras, sobrecarregam as fachadas dos edifícios de fios, já que não os substituem apenas acrescentam outros e é um problema que os deve preocupar.-----

-----As operadoras estão de rédea livre e no âmbito da ANMP deviam fazer pressão para que atuassem de maneira diferente.-----

-----Não se registaram mais intervenções pelo que se passou de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal relativamente à Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2017, prevista na Lei n.º 5/2004 de 10.02 - Lei das Comunicações Eletrónicas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 25 da 75/2013 de 12.09, deliberou por maioria, de 36 votos a favor e 1 abstenção fixar a taxa a aplicar sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do correspondente município, em 0,20%.-----

-----Anota-se que se absteve o membro João Pedro Gomes (CDS-PP) e encontravam-se ausentes Joaquim Gomes, José Manuel Cristóvão e Rui Prudêncio.-----

-----Tendo sido ultrapassada a hora regimental para o encerramento da sessão e ainda não terem deliberado sobre todos os pontos agendados, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos indicando que continuariam no dia 6 de dezembro pelas 21.00h, em conformidade com a convocatória e edital respetivos.-----

-----Pedi a aprovação da minuta da ata dos pontos discutidos, que foi aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções a fazer no texto definitivo.-----

**AOS SEIS DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016:**-----

-----O Primeiro Secretário da Mesa António Fortunato informou que continuaria a presidir reunião uma vez que o Sr. Presidente da Assembleia, ainda está em recuperação e seria substituído por Vítor Manuel Mendes. Assim chamou para completar a mesa o membro Francisco Branco da Silva.-----

-----A Mesa da Assembleia Municipal ficou assim constituída: Presidente: António Fernando Alves Fortunato, Secretários: Mara Isabel Batista Eleutério e Francisco Branco da Silva.-----

-----Estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----José Augusto Clemente de Carvalho, Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Jacinto António Franco Leandro, Marco Henriques Claudino, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Rui José Prudêncio, António João Leal da Costa Bastos, Francisco João da Fonseca Inácio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Maria Leonor Marques Marinheiro, Vítor José dos Santos Fernandes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira, Renata Filipa Santos Nunes Simões, João Alexandre Pires Bernardes, Paulo Dinis Faustino Valentim, Artur Alexandre Santos Narciso, Marta Filipa Sousa Geraldês, Pedro Miguel Germano Bernardes, Hélio Batista Gomes, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, António Filipe Narciso dos Santos, Luis Miguel Antunes Batista, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luis, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins, Vítor Manuel Mendes e Pedro António Ferreira Rodrigues.-----

-----Faltaram os membros: Susana Maria Ribeiro das Neves, Joaquim Manuel Oliveira Gomes,

Carlos Manuel dos Santos Terêncio e José Manuel Cristóvão.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Srs. Vereadores Laura Maria Jesus Rodrigues, Hugo Miguel Fernandes Martins, Bruno Miguel Félix Ferreira, Hugo Gerardo Lucas Luís Filipe Barbosa Aniceto, Cláudia Sofia Horta Ferreira e Sérgio Rodrigo Santos Cipriano.-----

-----Antes do início dos trabalhos o primeiro secretário da mesa informou que o membro Ana Isabel Marques Fiéis, ao abrigo do n.º 2 do art.º 78.º da Lei 169/99 de 18.09, na sua atual redação comunicou a sua ausência à presente reunião e seria substituída por Pedro António Ferreira Rodrigues, que se encontrava presente.-----

-----Nos termos do n.º 2 do art.º 22.º do Regimento o Presidente da Mesa deu início à reunião: ----

**PONTO 8 – AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A ADQUIRIR PRÉDIOS POR USUCAPIÃO AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO;**-----

-----Presente ofício número 10521, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 9 de novembro, a informar que em sua reunião de 14/06/2016, deliberou adquirir diversos prédios por usucapião os quais se encontram na posse do município há vários anos, sem que, no entanto, a sua situação patrimonial se encontre regularizada. A Escola da Conquinha, inscrita na respetiva matriz predial urbana sob o art.º 5598, da União de Freguesias de Torres Vedras (Sta. Maria, S. Pedro e Matacães) e o Edifício Multisserviços, inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o art.º 8732 da União de Freguesias de Torres Vedras (Sta. Maria, S. Pedro e Matacães), têm um valor patrimonial de € 764 680,00 e de € 6 862 160,00, pelo necessitam autorização da Assembleia Municipal para aquisição destes dois imóveis por usucapião, tendo presente a competência deste órgão nesta matéria.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que os serviços têm vindo a fazer um trabalho importante para regularização de um conjunto de propriedades municipais e por causa do valor a Assembleia Municipal tem que autorizar a aquisição destes dois.-----

-----O **Sr. João Bernardes** começou por questionar se os prédios podiam ter votação separada uma vez que o grupo Municipal do PCP tinha dúvidas quanto a alguns dos prédios que constam nos documentos que lhes fornecidos, nomeadamente o terreno D´além e baldio do Figueiredo.-----

-----O **Sr. António Moreira** disse que cada prédio tem que ser votado individualmente, porque cada um deles pode ser objecto de contestação de eventuais proprietários.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** disse que a informação que consta do ofício 10521, ultrapassa as dúvidas manifestadas pelos intervenientes anteriores, já que apenas estão autorizar a Escola da Conquinha e o Edifício Multisserviços cujo valor se enquadra no disposto na alínea 1) do n.º 1 do art.º 25.º da RJAL.-----

-----Manifestou-se admirado pelo facto de antes de ter sido intervencionado não se tenha feito o

registo do Edifício Multisserviços.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** reafirmou que os prédios já estão na posse do município há vários anos.-----

-----Não se registaram mais intervenções pelo que se passou à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a Câmara Municipal a adquirir por usucapião seguintes prédios: a Escola da Conquinha, inscrita na respetiva matriz predial urbana sob o art.º 5598, da União de Freguesias de Torres Vedras (Sta. Maria, S. Pedro e Matacães) e o Edifício Multisserviços, inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o art.º 8732 da União de Freguesias de Torres Vedras (Sta. Maria, S. Pedro e Matacães), com um valor patrimonial de € 764 680,00 e de € 6 862 160,00, respetivamente.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 35 membros e ainda não se encontrava na sala João Tomaz.-----

**PONTO 9 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A CONTRATAR EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE CONSTRUÇÃO DO MUSEU “JOAQUIM AGOSTINHO”, ATÉ AO MONTANTE DE €700.000,00, TENDO PRESENTE A COMPETÊNCIA PREVISTA NA ALÍNEA F) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO;**-----

-----Presente ofício número 10788 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 15 de novembro, a informar que na sequência de deliberação tomada pelo Executivo na sua reunião de 05/04/2016, e do despacho Sr. Presidente da Câmara nº 9400 de 14/10/2016, foi iniciado o processo tendente à contratação do empréstimo para financiamento da obra em título, até ao montante de € 700.000,00 e foram consultadas diversas entidades bancárias. O Executivo em sua reunião de 15/11/2016, deliberou selecionar a proposta apresentada pelo Banco Português de Investimento (BPI), com a taxa indexada à Euribor a 6 meses, acrescida de um spread de 0,85%, dado ser a instituição que apresenta um spread mais baixo, com periodicidade do pagamento das prestações trimestral. Tendo presente a competência do órgão deliberativo nesta matéria, remete o processo para agendamento.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que os assuntos referentes aos pontos 9, 10 e 11 já vieram à Assembleia Municipal e agora trata-se de dar andamento aos processos.-----

-----O representante do CDS-PP, **Sr. João Pedro Gomes** disse que não contesta o empréstimo, já que é obrigação de todos os torrienses perdurar a memória de Joaquim Agostinho e dos seus enormes feitos, só contesta a localização do museu.-----

-----O **Sr. Artur Narciso** disse que é com muito agrado que estão a dar mais um passo para a concretização do museu Joaquim Agostinho, o qual mais do que um grande atleta é um símbolo da região. Torres Vedras é reconhecida de norte a sul pela terra de Joaquim Agostinho.-----

-----Existem inúmeros lugares em Portugal onde lhe é prestada homenagem e para além de Torres Vedras, Silveira e Santa Cruz, também existe em Lisboa uma rua Joaquim Agostinho e em França

uma curva.-----

-----Reforçou que é uma figura impar do panorama internacional do ciclismo e como tal não se podem limitar só a ter monumentos ou ruas, têm que preservar a memória deste homem e atleta que foi um símbolo da região pela sua simplicidade, caráter e força. -----

-----Assim, saudou a autarquia por este projeto que o deixa muito feliz assim como a 2000 ciclistas federados que existem no país e perto de um milhão de praticantes de ciclismo amador, que se multiplicaram pelas famílias se traduzirá em muitos visitantes no museu.-----

-----Não se registaram mais intervenções pelo que o Presidente da Mesa submeteu à votação a autorização em discussão.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a Câmara Municipal a contratar empréstimo de longo prazo junto do BPI para financiamento de construção do Museu “Joaquim Agostinho”, até ao montante de €700.000,00.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 36 membros.-----

**PONTO 10 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS ATÉ AO MONTANTE DE €435.000,00 – CONFIRMAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 23/09/2016;**-----

-----Presente ofício número 10525, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de novembro a informar que a Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária de 23/09/2016, deliberou, por unanimidade autorizar a Câmara Municipal a contratar o empréstimo em título, tendo presente a competência prevista na alínea f) do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12/09, e conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual inerente ao processo, tendo posteriormente o Banco Português de Investimento (BPI) apresentado a minuta de contrato, bem como o respetivo plano financeiro previsional, os quais foram aprovados pelo Executivo na sua reunião de 08/11/2016, que remetem para conhecimento e confirmação da deliberação de 23/09/2016, no que se refere aos compromissos plurianuais.-----

-----Não se registaram intervenções pelo que se passou de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade confirmar a deliberação da Assembleia Municipal de 23 de setembro de 2016 através da qual, termos da alínea f) do n.º 1 do art.º 25 da Lei 75/2012 de 12.09 na sua atual redação, autorizou a Câmara Municipal a contratar empréstimo de longo prazo junto do Banco Português de Investimento (BPI) para financiamento de aquisição de imóveis até ao montante de €435.000,00, nos e nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da lei 8/2012 de 21.02, concedeu autorização prévia para assunção do compromisso plurianual inerente ao processo.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 36 membros.-----

**PONTO 11 – CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO ART.º 6.º DA LEI 8/2012 DE 21/02, NA SUA**

**ATUAL REDAÇÃO, PARA “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE PONTE INTEGRADA NA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA “VARIANTE DE A-DOS-CUNHADOS” ATÉ AO MONTANTE DE €700.000,00”;**-----

-----Presente ofício número 10524 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de novembro a informar que a Assembleia Municipal na sua sessão ordinária realizada no dia 23/09/2016, autorizou a contratação do empréstimo em título com a instituição financeira Banco Português de Investimento (BPI), com a taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses, acrescida de um “Spread” de 0,85% e prestações trimestrais, postecipadas, sucessivas e constantes de capital e que a Câmara, em sua reunião de 08/11/2016, aprovou a minuta do contrato, bem como o respetivo plano financeiro previsional, remetidos pela referida instituição financeira que remetem, para obtenção da autorização prévia da assunção do compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21/02, na sua atual redação.-----

-----Uma vez que o assunto foi previamente apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara, foi dada a palavra à assembleia para se pronunciar.-----

-----O representante do CDS-PP **Sr. João Pedro Gomes** disse que iria votar a favor mas queria deixar o lamento que a obra tenha sido reduzida de duas faixas para cada lado para uma e principalmente que só tenham tido conhecimento quando o assunto foi questionado na Assembleia numa sessão anterior.-----

-----É uma obra importante e ansiada pela população de A-dos-Cunhados e pensa que a construção desta variante era justificada com as duas faixas para cada lado e que assim se perdeu uma oportunidade de fazer uma obra estruturante e a pensar no futuro para esta zona. -----

-----No seguimento desta intervenção o líder da bancada do PSD, **Sr. Luís Carlos Lopes** deu nota que para o PSD ao fim de mais de 10 anos é ótimo que este processo chegue ao fim, embora limitado ao que estava previsto.-----

-----Lembrou que o PSD já várias vezes tem lutado para que determinadas obras tenham mais faixas, como foi o caso da EN9 e do Choupal entre as duas pontes.-----

-----Neste caso também consideram que no futuro uma faixa para cada lado é curto, devia ter sido pensado com outro grau de grandeza e que duas faixas para cada lado lhe daria mais qualidade.--

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que nesta assembleia já teve oportunidade de explicar o modelo que foi escolhido, tendo em conta a amarração dos pontos e por não terem condições em termos financeiros para desenvolver o projecto inicial.-----

-----Explicou ainda que no projeto inicial tinham um viaduto a atravessar o Sizandro que é muito dispendioso. No entanto o espaço canal está definido e pode ser feito mais tarde se necessário em função do desenvolvimento do território.-----

-----Não se registaram mais intervenções pelo que se passou de imediato à votação.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade conceder autorização prévia da assunção**

do compromisso plurianual nos termos da alínea c) do art.º 6.º da Lei 8/2012 de 21/02, na sua atual redação, para “Contratação de empréstimo de longo prazo junto do BPI para financiamento de construção de Ponte Integrada na obra de construção da “Variante de A-dos-cunhados” até ao montante de €700.000,00 “.-----

-----Anota-se que se encontravam presentes na sala 36 membros.-----

**PONTO 12 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO ART.º 6.º DA LEI 8/2012 DE 21/02, NA SUA ATUAL REDAÇÃO PARA “AQUISIÇÃO DE GASOLINA E GASÓLEO PARA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS, EM POSTOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICOS, A CELEBRAR AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO 2/2015 (LOTE 1) DA CC-OESTE – AJUSTE DIRETO.”**:-----

-----Presente ofício número 10526 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de novembro, a remeter o processo em título, de acordo com o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 08/11/2016, e tendo presente a competência da Assembleia Municipal, visando a autorização dos compromissos plurianuais, cuja previsão de custos, no total de €1.251.035,70 repartidos pelos anos de 2016, 2017 e 2018, consta do relatório final que faz parte integrante deste processo.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que se trata de autorizar uma despesa plurianual, que se refere a uma compra conjunta, através da central de compras da CimOeste, que tem estado a ser utilizada com sucesso para um conjunto de investimentos intermunicipais.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** manifestou-se admirado por os SMAS pensarem que não vão precisar de gasóleo e gasolina em 2016 e pediu esclarecimentos.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que para 2016 os SMAS têm o contrato em vigor que está a terminar e para 2017 insere-se neste que estão a autorizar.-----

-----Não se registaram mais intervenções pelo que se passou de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade conceder autorização prévia da assunção do compromisso plurianual nos termos da alínea c) do art.º 6.º da Lei 8/2012 de 21/02, na sua atual redação para “aquisição de gasolina e gasóleo para frota de veículos do Município de Torres Vedras e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, em postos de abastecimento públicos, a celebrar ao abrigo do acordo quadro 2/2015 (lote 1) da CC-Oeste – ajuste direto.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 36 membros.-----

**PONTO 13 – TOMAR CONHECIMENTO DA DISSOLUÇÃO DA ASSECOS, ASSOCIAÇÃO PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO DA ENERGIA E CONSTRUÇÃO, SUSTENTÁVEIS, TENDO PRESENTE A COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PREVISTA NA ALÍNEA K) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 25/2013, DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO;**-----

-----Presente ofício número 9167, da Câmara Municipal de 10 de outubro último a informar que a Câmara, em sua reunião de 04/10/2016, tomou conhecimento da aprovação da proposta de dissolução da ASSECOS – Associação para a Competitividade e Inovação da Energia e Construção Sustentáveis, em Assembleia Geral realizada no dia 30/01/2014, pelo que, tendo presente a competência deste órgão deliberativo nesta matéria remete para conhecimento.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que apenas os municípios de Torres Vedras e Moura cumpriram o contrato programa e pagaram as quotas anuais, não havendo condições para a continuação do projecto, pelo que, entendeu a Assembleia Geral a dissolução da associação.-----

-----Pedi a palavra o **Sr. Luís Carlos Lopes** lembrando que quando o município de Torres Vedras aderiu a esta associação que visava a “Construção de Uma Eco-Comunidade em rede”, o Vereador Hugo Lucas congratulou-se com o facto e de ter mencionado quatro projectos para Torres Vedras.-----

-----Lembrou que o colega João Bastos já por várias vezes referiu que a Câmara Municipal adere a muitas associações, algumas resultam e outras não e agora esta vai deixar de existir.-----

-----Salientou o facto de a Eng.ª Sandra Pedro, que esteve presente na Assembleia Geral em representação da autarquia, ter apelado para que o trabalho da comissão liquidatária se centrasse na regularização dos pagamentos por parte dos municípios devedores, mas não tem mais informação.-----

-----Por último questionou o facto da dissolução da ASSECOS ter sido aprovada pela Assembleia Geral em 30 de janeiro de 2014 e só três anos depois é que a Câmara e a Assembleia tomaram conhecimento. Questionou se foi esquecimento ou se estiveram à espera que se liquidasse a dívida -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que Torres Vedras cumpriu e fica feliz porque projectos que Torres Vedras se comprometeu fazer e que o então membro da Assembleia Municipal Hugo Lucas referiu foram executados em função desta adesão.-----

-----Mais informou que trouxeram à câmara e à assembleia a informação logo que a receberam mas depois da assembleia geral houve a necessidade de se fazer um encontro de contas nos outros municípios.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da dissolução da ASSECOS – Associação para a Competitividade e Inovação da Energia e Construção.-----

**PONTO 14 - APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS 2016, TENDO PRESENTE A COMPETÊNCIA PREVISTA NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013 DE 12/09 NA SUA ATUAL REDAÇÃO**---

-----Presente ofício número 9775, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 21 de outubro último, a remeter o relatório em título, o qual foi aprovado por maioria pelo Executivo na reunião de 18/10/2016.-----

-----Teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** indicando que o relatório em apreço assenta no trabalho que desenvolvem em função da visão que tem vindo a ter e para poderem perceber qual é o estado da arte em cada uma das áreas que desenvolvem no dia a dia.-----

-----Lembrou que nos últimos 10 anos e através do ECO XXI o município foi avaliado com base num conjunto de indicadores, e ainda muito recentemente receberam um galardão na área da sustentabilidade. Torres Vedras está no top 10 nacional e entenderem que era importante ter um conjunto de dados que os ajudasse na gestão municipal através deste relatório de sustentabilidade.-----

-----Lembrou ainda que todas as grandes empresas, fazem o seu relatório de sustentabilidade, e entenderam que estava na hora de a autarquia o fazer. Assim contrataram a Universidade Nova de Lisboa, que em conjunto com os técnicos camarários, elaboraram este relatório, que visa ter informação disponível, para os membros do Executivo, da Assembleia e para a comunidade em geral.-----

-----O relatório também monitoriza o desempenho do município e permite em função dos indicadores apurados, ter um desempenho mais eficiente e eficaz e ainda ter uma noção de quais são as áreas a melhorar.-----

-----Visa 4 pilares de sustentabilidade, na área do ambiente, economia, área social e governança que têm vindo a desenvolver nas últimas décadas. É o primeiro em Portugal de acordo com a nova versão do Global Reporting Iniciativa - G4, sendo relevante serem o primeiro município em Portugal a ser avaliado por este modelo internacional.-----

-----Por último assinalou que se reporta ao período 2011- 2015 sendo um documento importante para o modelo de governação da autarquia, através do qual podem ver quais são os pontos fortes e onde têm que investir mais e um bom instrumento para trabalharem rumo ao futuro.-----

-----A **Sra. Leonor Marinheiro** disse ser com enorme satisfação que analisou o primeiro relatório de sustentabilidade referente ao desempenho da Câmara Municipal, realizado por uma entidade independente.-----

-----Da análise efectuada, fica claro que o município se tem pautado pela resolução de problemas emergentes mas também com uma visão do futuro, dando a conhecer a missão, a visão e os valores, que o executivo camarário definiu enfocando em 4 grandes dimensões: governação e compromissos, desempenho económico e financeiro e desempenho ambiental e social.-----

-----Disse que o relatório remete-os para o conhecimento de um diagnóstico de sustentabilidade rigoroso, com uma visão estratégica que aposta no amanhã, com uma política de sustentabilidade que se compromete com as pessoas, apostando em sinergias que se realizam em projectos específicos, num verdadeiro espírito de equipa.-----

-----Assinalou que a estratégia defendida, no que concerne à disponibilização, informação, e auscultação no envolvimento de todos, são a tónica da gestão da sustentabilidade local.-----

-----Salientou alguns resultados que os engrandecem e confirmam que vale a pena continuar: 22.º a nível nacional na 3.ª edição do Bloom Consulting Portugal City – ranking 2016, 16.º na categoria de negócios e na região centro Torres Vedras é 5.º em negócios, 10.º em visitar e 5.º em viver.-----

-----Para além destes destaques a nível nacional também internacionalmente têm resultados que são encorajadores e motivadores, nomeadamente o prémio obtido no Reino Unido, European Green Leaf, pelo esforço em alcançar melhores resultados a nível ambientais.-----

-----Destacou ainda o Quality Coast - Turismo Sustentável, Green Destination, para a área da paisagem protegida da Serra do Socorro e Archeira, integrando o top 100 dos destinos sustentáveis mundiais; Autarquia + Familiarmente Responsável 2015, com a atribuição da bandeira verde, Rede de Cidade e Vilas de Excelência, Eco XXI com 77,5% e integrando o top 10 do respectivo ranking e ainda a atribuição da Bandeira Azul a 13 praias do nosso concelho.-----

-----Conclui e corrobora a opinião de que por detrás de uma grande política, existe uma grande governabilidade, ou seja a preocupação de envolvimento e participação dos diversos sectores nos processos decisórios estão bem patentes no relatório.-----

-----Terminou parafraseando Agostinho da Silva “eu quero saber das ideias que as pessoas têm e da maneira como depois as vem defender e praticar”.-----

-----Disse que relatório a tranquiliza e inspira porque acredita no edil e sua equipa continuará o trabalho desenvolvido com mesma competência e seriedade de sempre e levando Torres Vedras a patamares onde as pessoas são a prioridade absoluta.-----

-----O Líder da bancada do PSD, **Sr. Luís Carlos Lopes** começou por ressaltar o facto de o documento em discussão já ter sido apresentado publicamente antes passar pela Câmara e pela Assembleia Municipal. Acha que os órgãos autárquicos devem merecer preferência, antes da exposição pública e do marketing.-----

-----Em relação ao relatório em si assinalou que nos últimos 20 anos a Câmara Municipal teve um conjunto de orçamentos que não terá sido inferior a mil milhões de euros, o que teve que ser materializado em ações, que cumulativamente foram sendo feitas e aquelas que não são da sua exclusiva responsabilidade podem ser incentivadas, nomeadamente a questão da economia, da educação e empregabilidade.-----

-----Verificou um conjunto de boas práticas ambientais e concursos internacionais que o município ganhou e metodologias de nível ambiental que foram implementadas ao longo dos anos, mas há uns indicadores que não são tão favoráveis, se pensarem nos anos mais recentes.-----

-----Deste modo salientou como ponto importante a diminuição de quase cerca de 1/3 do números de alunos no ensino superior de Torres Vedras.-----

-----Lembrou a questão da iluminação de Natal e do comércio tradicional falada na reunião anterior e o facto de várias pessoas o terem interpelado sobre esta questão e que a empregabilidade no concelho, um dado importante, não é nada de especial apesar de não ser responsabilidade da

Câmara Municipal.-----

-----Referiu-se ao indicador do poder de compra, onde Torres Vedras teria que ser o município com melhor indicador da região, mas se compararem com outros municípios, não será assim tão bom.--

-----Mencionou também o número de empresas que diminuiu assim como de empregados, que os dados de 2010 referentes à agricultura devem estar errados e que infelizmente muitos dos jovens do concelho continuam a não ter empregabilidade tendo que se deslocar para fora de Torres Vedras para poderem desenvolver as suas capacidades.-----

-----Acha que com mil milhões de euros nos últimos 20 anos teriam que fazer um conjunto de boas praticas na área ambiental, sustentabilidade e ecologia e não obstante ser importante saber que têm quase 100% de abastecimento público e que o saneamento vai bem, não estão no reino das maravilhas.-----

-----Assinalou que as condições de vida dos munícipes e condições de trabalhos dos munícipes, nomeadamente trabalhadores da Câmara é evidente que melhoraram.-----

-----Aproveitou manifestar o seu lamento pelo facto de uma Câmara Municipal, com seis vereadores do PS no Executivo não tenha tido capacidade de se fazer representar na última reunião da OesteCim onde se falou num projecto reestruturante como é a substituição das lâmpadas públicas por led e que levará a uma diminuição bastante importante do custo energético e à melhoria das condições de sustentabilidade. -----

-----Este relatório é um resumo do trabalho do município, mas o PSD não pode ficar tão satisfeito quanto a colega que interveio previamente, pois acham que há sempre mais e melhor para fazer. -

-----Só podem dizer bem do trabalho feito pela equipa local, a empresa é credível, mas a auto-satisfação em excesso também lhe parece excessivo.-----

-----De novo no uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** reafirmou que se trata de um relatório para verem onde estão bem e onde estão menos bem, tratando-se de um processo evolutivo onde o planeamento também é dinâmico, sendo com orgulho que o apresentam sem qualquer problema.-----

-----Acha que a gestão de um município como Torres Vedras tem que ser encarada com esta transparência em função daquilo que desenvolvem dia a dia, o que para eles é uma questão de honra, daí este relatório, sem esquecer que a comunidade torriense tem um papel muito importante para alcançar estes rácios.-----

-----Quanto à questão do ensino superior, a situação é transversal em todo o território, podendo haver um ou outro que tenha mais atractividade, mas fruto das contingências que vivem e o facto de estarem a meia hora de Lisboa impede de terem uma unidade de referência no território. No entanto está convicto que a muito curto prazo irão dar mais um passo tendente a essa pretensão.--

-----Relativamente à sua ausência na reunião da OesteCim esclareceu que não esteve presente por ter estado numa reunião que considerou mais importante e prioritária, e os seus colegas de

vereeção também tinham outras actividades importantes. No entanto transmitiu a sua indisponibilidade ao Presidente da OesteCim, e ao líder do Grupo do PS mas que estaria contactável em caso de necessidade.-----

----Reforçou que este relatório é muito importante para terem prespetivas do que devem fazer em relação ao futuro.-----

----Pedi a palavra o **Sr. Luis Carlos Lopes** para dizer que se tivessem sido informados pelo Presidente da OesteCim a razão da ausência do Presidente da Câmara de Torres Vedras não teria feito esta intervenção.-----

----A **Sra. Leonor Marinheiro** interveio novamente para reafirmar o seu grau de satisfação quanto ao relatório.-----

----No que se refere à alusão do colega Luis Carlos Lopes quanto à diminuição do número de alunos no ensino superior em Torres Vedras, fez notar que é professora no ensino superior e na instituição onde trabalha, tinham sempre duas turmas no mínimo com 40 alunos nos primeiros anos e neste momento têm uma turma com 15 alunos, portanto é uma situação do país não é específica de Torres Vedras assim como a questão da empregabilidade.-----

----O autarca da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo **Celso Carvalho**, lembrou que no ranking da Bloom Consulting Torres Vedras ficou no 5.º lugar das melhores cidades do país para viver na região centro, atrás de Aveiro, Leiria Coimbra e Viseu, pelo que acha que este relatório ajuda bastante perceber esta votação online.-----

----O **Luis Carlos Lopes** disse que não era necessário ter ido às redes sociais, já que este ranking está no relatório que todos receberam e deviam ter lido. Espera que todo o concelho, nomeadamente a freguesia do Maxial, daqui a 10 anos possa estar bem melhor do que está agora.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu as palavras da Leonor Marinheiro e do Celso Carvalho, e aproveitou para informar o membro Luis Carlos Lopes que têm desenvolvido um grande trabalho em prol do comércio tradicional, quer ao nível do investimento no espaço público quer na sua qualificação e com campanhas fortes a nível da promoção, que é fundamental. -----

----Assegurou que a autarquia tem tido, ao longo dos anos, uma matriz em função dos recursos financeiros alocados a determinado tipo de projectos que são diferenciadores, sendo dentro desse espírito que as equipas camarárias trabalham, em cooperação com os comerciantes que têm um papel muito importante na actividade económica do território.-----

----Por último deu nota que em 2016 foram criadas mais de 227 empresas o que para ele é muito relevante e importante.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Sustentabilidade da Câmara Municipal de Torres Vedras de 2016.-----

**PONTO 15 – EMISSÃO DE PARECER - CRIAÇÃO DE UM NOVO SISTEMA MULTIMUNICIPAL**

**POR CISÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LISBOA E VALE DO TEJO E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA GRANDE LISBOA E OESTE E CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE ANÓNIMA CONCESSIONÁRIA DO MESMO, NOS TERMOS DO N.º 4 DO DECRETO LEI N.º 92/2013 DE 11.07:**-----

-----Presente ofício número 10789 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 15 de novembro, a informar que de acordo com o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 15/11/2016, remete o processo em título para efeitos de confirmação da manutenção da integração do Município na sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da grande Lisboa e Oeste, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., Sociedade Anónima de Capitais exclusivamente públicos, por cisão da Sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29/05, com dispensa de elaboração e registo do projeto de cisão, (Sociedade esta que, após a cisão, passa a adotar a denominação de “Águas do Vale do Tejo, S.A.”), detendo nela o Município a participação acionista que figura no Anexo I ao projeto de decreto-lei, que faz parte integrante do processo.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por indicar que se trata de uma temática que tem uma abrangência multinacional.-----

-----Lembrou que em determinado período tiveram um modelo centrado na Águas do Oeste, S.A, que na anterior legislatura evoluiu para multimunicipal de Lisboa e Vale do Tejo, que agregava municípios de Torres Vedras a Braga. Com a tomada de posse do novo governo, um conjunto de municípios a norte, entenderam começar a trabalhar face ao valor do tarifário praticado pelas Águas de Lisboa e Vale do Tejo e em função disto o governo encetou diálogo com os municípios para resolver o problema, tendo encontrado uma plataforma de equilíbrio para os sistemas em alta, abastecimento de água e tratamento dos efluentes.-----

-----No que diz respeito ao saneamento, têm, no caso do Oeste melhores condições do que tinham pois conseguiram manter o valor do tarifário com um valor constante até 2026, o que é importante e relevante e com o qual os concelhos da Intermunicipal do Oeste todos concordaram.-----

-----Na vertente do saneamento o município de Torres Vedras colocou em cima da mesa a cláusula 37.º do anexo IV do contrato de concessão, relativo à questão das infiltrações e todo o cálculo que é feito, o que também consideram positivo e uma evolução em relação ao anterior modelo.-----

-----Assim o Executivo da Câmara Municipal entendeu ter condições para se pronunciar favoravelmente quanto a este novo contrato que tem um conjunto de vantagens acrescidas já que a Simtejo e a Sanest são sistemas com rentabilidade financeira, sendo por isso uma agregação que consegue gerar equilíbrio.-----

-----Entende que este sistema fica mais equilibrado apenas com 23 municípios, já que há um conjunto de investimentos importantes a fazer nos territórios do Oeste.-----

-----Assim é dentro desse espírito de interajuda que trazem este assunto à Assembleia Municipal para a respetiva aprovação. -----

-----O representante do PCP, **Sr. João Bernardes** começou por dizer que existem elementos positivos nesta nova tipologia, mas há coisas que não os deixam confortáveis, ou seja estão a falar de serem accionistas com 0,63% da empresa Águas do Tejo Atlântico SA, onde os municípios no seu conjunto têm posição minoritário no capital social desta empresa.-----

-----Alertou que estão perante uma situação que várias vezes já têm abordado que é a privatização da água, e apesar de saberem que este governo não será apologista dessa situação, também não têm grande dúvidas, que se fosse com o governo anterior, passaria à vontade para as mãos do capital privado.-----

-----Não os deixa minimamente confortáveis esta solução e o parecer que emitem fundamentalmente por isto, é negativo.-----

-----O líder da bancada do PSD, **Sr. Luís Carlos Lopes** disse comungar muitas das inquietações do colega João Bernardes, e acha que ao longo dos anos se foi assistindo a um diluir da representatividade e da importância do concelho de Torres Vedras, quer no que diz respeito aos resíduos sólidos, quer no saneamento.-----

-----Passaram por diversas sociedades/associações de índole regional com peso específico e importante para depois ir diluindo, desde a Resioeste, Valorsul, Águas do Oeste etc, até agora em que ficam com 711. 623 ações de categoria A, ou seja 0,63%.-----

-----Disse ter visto na documentação que Torres Vedras vai tentar incluir uma adenda por causa da rede separativa, que não sabe se será aceite ou não, pois não sabe se com 0,63% tem capacidade para que seja incluída ou não. Gostaria de ser esclarecido sobre esta questão e também se os outros municípios terão o mesmo interesse.-----

-----Fez notar ainda que ficaram sem saber o que acontecerá nas tarifas de saneamento e da água lembrando que em Lisboa, mesmos com as “taxas e taxinhas”, continua a ser mais barata.-----

-----Concluiu indicando que gostaria de saber o que acontece ao preço da água, sobretudo depois do processo evolutivo decorrente do contrato leonino celebrado no mandato do José Augusto de Carvalho e se vão conseguir diminuir de uma forma mais relativa o custo em relação a outros municípios.-----

-----Ouvindo as intervenções anteriores o **Sr. Nelson Aniceto** disse conseguir perceber as observações feitas pelo colega João Bernardes, que também tem a ver com a ideologia e de alguma forma as críticas feitas pelo Luis Carlos Lopes a este modelo que é proposto tendo em conta que efectivamente vem proceder a uma alteração de vários diplomas.-----

-----Continuou assinalando que estes diplomas que foram aprovados na parte final do primeiro semestre de 2015, em que se procedeu a uma grande agregação de sistemas multimunicipais, sobre a capa de critérios de gestão e obtenção de economias de escala que garantissem melhor

sustentabilidade económica e social, permitiram a implementação de medidas conducentes a uma maior intervenção, ou a possibilidade de participação do sector privado e nessa forma a privatização desse serviço e bem que é publico e é essencial.-----

-----Quanto às vantagens do sistema e do modelo que está montado, efectivamente existe a manutenção da possibilidade da redução dos custos associados tanto de água como de saneamento, e a célebre clausula 37 no contrato, permite visitar e alterar um problema que é o dos custos que são pagos pelo tratamento de águas.-----

-----Deste modo e uma vez que esta proposta vem no encontro, em parte daquilo que são as necessidades preliminares mas que consubstancia uma melhoria muito significativa relativamente ao sistema em vigor, merecerá a aprovação do grupo Municipal do PS.-----

-----O **Sr. João Pedro Gomes** disse pensar que nalguns pontos pode contribuir para a melhoria do abastecimento e até dos resultados dos SMAS, dado esta situação da água que é erradamente contabilizada, pelo que não vê nenhum problema votar a favor.-----

-----Respondendo ao colega Pires Bernardes, fez notar que não tem nada contra a iniciativa privada e há sectores em que acha que a maioria deve estar presente.-----

-----Lembrou que na altura que se levantou a possibilidade da privatização dos lixos manifestou opinião contrária à do seu partido, que na altura estava no governo, mas também não compreende que havendo uma maioria que suporta o governo actual, qual é o receio de uma eventual privatização.-----

-----O **Sr. João Bernardes** pediu novamente a palavra reafirmando querer acreditar que perante o actual governo isso não irá acontecer, o seu medo é de outros.-----

-----No entanto não é uma questão de serem contra a iniciativa privada, pois se forem analisar programas de governo, se calhar o PCP é o que tem mais defendido a nível nacional as pequenas e médias empresas, ao contrário de outros.-----

-----Acrescentou que de facto não defendem grandes capitalistas e não têm vergonha em assumir que há grandes alavancas de economia, que devem ser públicas e o que é público é de todos.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** assegurou que Torres Vedras tem dado o seu contributo quanto esta matéria e são o único município do sistema que tem uma acção em Tribunal contra a Águas do Oeste S.A, agora Lisboa e Vale do Tejo, relativamente ao modelo de medição de caudais.-----

-----Espera chegar a acordo com a Águas de Portugal em relação a esta matéria, mas também não podem esquecer e louvar o José Augusto de Carvalho pelo facto de ter assinado aquele contrato, porque hoje têm água de qualidade.-----

-----De seguida deu a palavra ao **Sr. Sérgio Simões** para complementar a informação:-----

-----Reportando à interrogação se esta posição minoritária do município é alguma novidade, lembrou que desde 2004 quando o contrato de concessão era com a Águas do Oeste, em 2015 com Águas de Lisboa e Vale do Tejo e agora com a Tejo Atlântico a posição dos municípios foi

sempre inferior aos 50%. A Águas de Portugal teve sempre a maioria, portanto não é nenhuma novidade, não se coloca em 2016 e não tem notícia de que tenha havido reclamações relativamente a esse ponto.-----

-----Por outro lado, a adenda que o membro Luis Carlos Lopes fez referência é mais uma tentativa de negociar, embora o contrato de concessão já abra essa possibilidade.-----

-----No entanto acha que não basta prever-se agora pela primeira vez, uma fórmula para as infiltrações nos colectores em alta e um tecto máximo de débito de água entrada em ETAR, sendo necessário ir mais além. Estas duas situações, não obstante serem importantes pois diminuem a fatura, são meramente residuais relativamente ao grosso da coluna, porque o grande volume de água pluvial que entra na ETARES é a que provem dos lavadouros, dos prédios, das vivendas etc, para o qual as entidades gestoras em baixa não têm qualquer instrumento que obrigue as pessoas a fazerem a separação, no seu interior.-----

-----Têm cada vez mais rede pública separada, mas também cada vez entra mais água pluvial nas ETARES proveniente dos logradouros, chuva, telhado, algerozes e pátios, porque não está separado no interior.-----

-----Os SMAS consideram que não é justo numa situação que foge ao controle de todos, que seja suportável exclusivamente pela entidade gestora em baixa, portanto é necessário encontrar mecanismos que tragam alguma equidade a este tipo de situação. É essa adenda que o município de Torres Vedras solicitou, e tanto quanto sabem, no âmbito da AMEGA, foi o único que manifestou esta posição.-----

-----Disse que pessoalmente acha estranho que a generalidade dos municípios não levante esta questão, pois implica milhares e milhares de euros no final de cada ano.-----

-----Relativamente à referência feita à fatura de Lisboa informou que este município recebe água a 29 cêntimos e Torres Vedras a 52,15 cêntimos ou seja há uma décalage dos preços de compra e não há ainda uma aproximação neste momento.-----

-----No que concerne ao processo de cisão esclareceu que quanto à água não há qualquer alteração, a que existe é a saída de uma série de municípios, pois o sistema passou de 96 para 23, mas de resto mantem-se as condições, as tarifas etc.-----

-----Está em causa a constituição da empresa Águas do Vale do Tejo, SA, decorrente desta natural cisão relativamente à água.-----

-----No que concerne ao saneamento, explicou que estava a funcionar mal, em termos de relação institucional entre os municípios e a sociedade gestora, uma vez que era gerido pela EPAL, que não tem nem nunca teve vocação para águas residuais, mas sim para a água de abastecimento, logo deu alguns problemas.-----

-----Relativamente ao contrato em discussão, as tarifas das águas residuais mantêm-se exactamente as mesmas até 2026, quando na situação em vigor mantinham-se até 2020 e depois

estão fixadas de 5 em 5 anos até ao final da concessão em 2046.-----

-----A título exemplificativo deu nota que começam em 2016 com 51,68, em 2017 o preço será de 52,15 e mantem-se assim até 2016 e vão acabar em 2046 com 36,12. É este o preço previsível no final da concessão, do pagamento das águas residuais recolhidas.-----

-----Assinalou que o número de municípios baixa de 96 para 23 o que dá alguma previsibilidade e uma obrigação de maior eficiência.-----

-----Explicou que volume facturado, não pode ultrapassar 130%, da licença média de descargas das ETARES e que neste momento isso já se está a praticar, embora informalmente. As Águas de Lisboa e Vale do Tejo desde o início do ano têm estado a facturar com esse limite para o qual conta a média diária e não mensal. Está a ser já considerado e agora fica escrito.-----

-----Explicou também que as infiltrações na rede em alta levam em linha de conta uma série de variáveis, que tem que ver com a idade da infraestrutura, profundidade, o nível freático, entre outros factores que influem numa fórmula que é apurada para deduzir o volume facturado. É uma novidade que embora seja residual não deixa de ser um benefício.-----

-----Com factor importante referiu que até agora, não havia qualquer possibilidade de negociação entre os municípios e a sociedade concessionária no sentido de poder-se negociar formas diferentes, de medição, facturação e pagamentos.-----

-----O **Sr. João Bastos** questionou se a EPAL faz parte deste novo sistema.-----

-----O **Sr. Sérgio Simões** esclareceu que faz parte nas águas residuais mas não no abastecimento.-----

-----O **Sr. João Bastos** disse não concordar com o facto de uns municípios pagarem a água a 29 cêntimos e outros a 50 e não esta a ser dado um tratamento igual aos cidadãos, como defende a constituição.-----

-----Não sabe como esta questão se pode resolver, e tal como já referiu anteriormente, a OesteCim poderia ser determinante para criar pressão neste sentido, porque não poder ser tratados uns como filhos e outros como enteados.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** manifestou-se confuso com a resposta do Sérgio Simões e gostaria de tentar perceber se é confortável para o município de Torres Vedras esta diferenciação, ou seja, saneamento para um lado e água de abastecimento para outro.-----

-----Acha estranho terem saneamento a norte e a água a sul com a EPAL, com 29 cêntimos para Lisboa e 50 para Torres Vedras.-----

-----Frisou que esta dúvida que o PSD tem neste momento é grave e gostariam de saber com uma opinião como sempre honesta, sem camisola partidária, se está completamente confiante.-----

-----O **Sr. Sérgio Simões** assegurou que em termos de abastecimento de água Torres Vedras, nunca teve qualquer problema mas também nunca tiveram qualquer relação com a EPAL que fornecia às Águas do Oeste, SA que por sua vez fornecia o município. O contrato que tiveram era

com a Águas do Oeste, depois com Lisboa e Vale do Tejo e agora se for avante com a Tejo Atlântico.-----

-----Não se sente desconfortável, e não se sente pior do que estava. Não tem razões para se sentir melhor, mas também não tem razão nenhuma para se sentir pior.-----

-----Nas águas residuais, que era a grande preocupação, tem motivos para pensar que se sentirá mais confortável, pois tudo leva a crer que esta nova formulação os beneficia mais.-----

-----Reafirmou que o preço da água não sofre qualquer alteração e já está fixado num decreto de 2015 do anterior governo. Mesmo para a própria EPAL fixa os preços com um horizonte de 5 anos existindo um período de aproximação de tarifário.-----

-----No caso das águas residuais começam com 51,68 cêntimos e vão a 36,12 cêntimos, a Saneste começa com 49,24 cêntimos e vai terminar com o mesmo preço que Torres Vedras, a Simtejo começa com 32,01 cêntimos e vai terminar com um preço mais alto. Todos terminam com 36,12 no horizonte da concessão.-----

-----No abastecimento de água, como se mantém toda a situação anterior com o horizonte de 2020, há para os municípios que têm preços mais baixos, um coeficiente de aproximação que está fixado no decreto lei. Tudo leva a crer a curto ou médio prazo, sejam fixadas também as tarifas no que respeita ao abastecimento de água até final da concessão, para haver uma harmonização de preços e essa é a posição de Torres Vedras.-----

-----De novo no uso da palavra o **Luis Carlos Lopes** fez notar que o Sr. Sérgio Simões foi extremamente cuidadoso, mas conseguiu ler nas entrelinhas. Não foi tão peremptório como ele esperava que fosse, para o satisfazer, nomeadamente em relação à questão que o João Bastos referiu.-----

-----Concorda que questão das águas residuais é extremamente importante para o município de Torres Vedras.-----

-----Acrescentou que como munícipes sentem mais o peso da água, do que o peso do saneamento, independentemente da taxa de saneamento ser importante, mas o valor mais substantivo do diferencial é de quase o dobro na água potável. Tendo por base um mau relacionamento que existiu e que pelos vistos continuará a existir com a EPAL, nada lhes diz que vai ser melhor.-----

-----Pensa que em termos de água potável não ficam nada descansados, ficam iguais ou piores, não melhoram nada.-----

-----Quanto à variação que referiu no horizonte de 10 anos, lembrou que não está a ser tido em consideração investimentos que serão necessários e que irão dar origem a amortizações fazendo com que o que é válido hoje pode não ser válido amanhã.-----

-----Pedi novamente a palavra o membro **João Bastos** dizendo ter percebido que a nível do saneamento está-se a trabalhar em prol de haver uma aproximação de custo, e inclusive fez

referência a tabelas de pluviosidade que influenciam no tratamento das ETARES.-----

-----Assim questionou se não estão a trabalhar a nível da água porque o custo que alguns municípios pagam não traduz o custo efetivo da mesma e se os municípios do Oeste não estão a trabalhar em conjunto no sentido fazer com a água, o que se está a fazer com as tabelas de saneamento.-----

-----Há uns anos que já vem falando desta questão e não consegue perceber a razão do preço da água não ser igual para todos e a razão da água em Lisboa custar muito menos que em Torres Vedras, sendo o mesmo sistema, sendo a mesma estrutura accionista.-----

-----O líder do grupo Municipal do PSD, **Sr. Luís Carlos Lopes**, depois das tentativas que fizeram até à exaustão de terem esclarecimentos adicionais, sem sucesso e como só há um PSD, assim como no Executivo, vão votar contra.-----

-----A concluir as intervenções o **Sr. Presidente da Câmara** disse ser no mínimo *sui generis* estas questões quando não vivem numa ilha, quando têm que ser solidários com os outros. É um princípio do municipalismo muito importante e desse ponto de vista na OesteCim falam todos a uma só voz.-----

-----A posição da bancada do PSD é diferenciadora, mas sendo um modelo com um conjunto de municípios que traz benefícios, Torres Vedras não poderá ficar de fora.-----

-----Concluídas as intervenções o presidente da mesa colocou à votação o assunto em discussão.-

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 27 votos a favor e 9 votos contra, confirmar a manutenção da integração do Município de Torres Vedras na sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da grande Lisboa e Oeste, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., Sociedade Anónima de Capitais exclusivamente públicos, por cisão da Sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29/05, com dispensa de elaboração e registo do projeto de cisão, (Sociedade esta que, após a cisão, passa a adotar a denominação de “Águas do Vale do Tejo, S.A.”), detendo nela o Município a participação acionista que figura no Anexo I ao projeto de decreto-lei.-----

-----Anota-se que votaram contra o PCP e o PSD.-----

**PONTO 16 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO PARA O TURISMO DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS, TENDO PRESENTE A COMPETÊNCIA PREVISTA NA ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013 DE 12/09 NA SUA ATUAL REDAÇÃO:---**

-----Presente ofício número 9776 da Câmara Municipal de Torre Vedras, de 21 de outubro último a remeter o plano em título, em conformidade com o deliberado pelo Executivo em 18.10.2016 e tendo presente as competências da Assembleia Municipal nesta matéria.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por aludir ao trabalho que foi feito nesta área pelo Vereador António Carneiro, que também em foi Presidente da Região de Turismo do Oeste e que desenvolveu com os restantes colegas do executivo um trabalho tendente a colocar o município de

Torres Vedras no mapa enquanto destino turístico.-----

-----Mais recentemente com a Sra. Vereadora Ana Umbelino têm vindo a trabalhar no sentido de aprofundar essa relação e entenderam que estavam reunidas as condições para terem um plano que tivesse uma visão e um horizonte temporal.-----

-----Este plano não é obrigatório, é facultativo, mas entenderam que o turismo ao dia de hoje em Torres Vedras tem condições para ser visto tendo um enquadramento e um plano.-----

-----Consideraram 2020 o espaço temporal razoável e utilizaram um especialista nesta matéria em conjunto com as equipas da autarquia, utilizando, tal como na agenda 21, um modelo participativo onde os agentes locais/comunidade geral deram o seu contributo com o intuito de terem documento orientador, ressaltando que incluiu um plano de acção e a respectiva monitorização.---

-----Atentas as características do território, conseguiram eleger 4 produtos turísticos que terão que ser trabalhados de acordo com o plano de acção: sol e mar, património cultural, gastronomia e vinhos e património natural.-----

-----Sendo um documento estratégico, foi presente ao Executivo e agora vem também à Assembleia para discussão e aprovação.-----

-----Lembrou que o município tem certificações a nível do Quality Coast, e do Green Destination, que são importantes mas são apenas o início de um longo percurso que têm que fazer. -----

-----Trata-se de um instrumento de planeamento, ao serviço do município mas também das empresas torrienses, para que estas, e outras que se vierem a instalar no território, saibam com que elementos podem contar. Na vertente do turismo a responsabilidade da Câmara Municipal é diminuta, mas há muito trabalho a desenvolver com os agentes de destino e comunidade no sentido de atraírem mais investimento e atrair mais turistas.-----

-----Deixou como dado interessante o facto de no ano de 2016 a nível de turistas, terem tido mais turistas franceses do que espanhóis, quando até aqui era o contrário.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** começou por dizer que neste plano é inequívoco uma visão estratégica, onde os objectivos estão concretamente definidos, apresenta um adequado enquadramento da actividade turística do concelho, para além de anteceder esse enquadramento de uma análise à escala macro, nacional quer global.-----

-----No que respeita especificamente ao concelho de Torres Vedras faz uma descrição tão exaustivas quanto necessária dos recursos disponíveis.-----

-----Contem um programa de acção com eixos de desenvolvimento relevantes, elementos estruturantes, a divisão geográfica quer na ótica da procura quer da oferta e identifica os produtos prioritários que aliás, o edil já enunciou.-----

-----Acrescentou que contém ainda um programa de implementação, bem como uma parte final que acautela uma questão que nunca pode ser descurada, prevendo como o plano é monitorizado e como é avaliada a sua execução.-----

-----Reforçou que num quadro de objectividade, este plano merece nota positiva, numa área em que Torres Vedras não receia comparações muito por trabalho benemérito de autarcas eleitos pelas listas do PS.-----

-----Anotou que Torres Vedras está e é justo o título, no mapa dos destinos turísticos de Portugal fruto de um trabalho que não os envergonha muito pelo contrário, que os gratifica, até pelos resultados alcançados.-----

-----Quem os visita tem esta oferta de produtos turísticos num contexto de qualidade. Se algum défice se pode apontar talvez seja de promoção, porque a riqueza em si e serviços existem, estando disponíveis face à procura turística.-----

-----É voto e convicção do Grupo Municipal do PS e de que este plano seja um estímulo ao aproveitamento das potencialidades do concelho, neste sector que sabem ser de alavanca no desenvolvimento.-----

-----Em conclusão disse que o plano merece ser aprovado, e é um instrumento a ter permanentemente sobre a mesa, sobretudo dos agentes públicos e privados que no concelho de Torres Vedras trabalham para o desenvolvimento turístico.-----

-----Por último fez algumas considerações quanto à zona leste do concelho, uma vez que sendo o turismo uma actividade económica geradora de emprego e de rendimento, este plano merece ser seguido de um programa de medidas específicas que visem explorar todas as virtualidade que essa zona do mais interior do concelho, dispõe e que não estão devidamente valorizadas, ou pelo menos devidamente aproveitada.-----

-----Fala das virtualidades para o desporto da natureza, turismo da natureza, atenta a beleza e diversidade paisagística, a fauna e a flora, mesmo o turismo cultural, com tradição e produtos artesanais, com monumentos e curiosidades, eventos, gastronomia. Também permite avançar para os equipamentos e instalações ligadas à cultura da vinha e do vinho e a promoção do alojamento local.-----

-----Sendo um plano para todo o concelho, deve olhar diferentemente a diferença no contexto dos seus 420 Km<sup>2</sup> e neste horizonte de 2020 merece ser brevíario pelo qual, agentes público e privados que trabalham na área, redobram no muito que têm realizado em prol do bem-estar do desenvolvimento de toda a população de Torres Vedras.-----

-----O **Sr. Vítor Fernandes** disse que poderia falar em duas vertentes que seriam o turismo tradicional e onde poderia falar do turismo de Natal, da árvore de Natal e questionaria se dos €10.500,00 tomaram em conta os direitos de autor, mas só iria falar do turismo do desporto.-----

-----Trata-se de um turismo que traz muitas pessoas a Torres Vedras e onde são fortes, mas muitas das vezes esquecem esta vertente que traz centenas e centenas de pessoas a acompanhar os atletas.-----

-----Lembrou que no passado já fizeram várias instalações desportivas, mas nunca tiveram a

preocupação de fazer algo em que fossem diferentes em Portugal. Nunca fizeram um centro de formação desportiva ou de manutenção desportiva e é tão fácil fazer.-----

-----Já construiriam a Pista e Atletismo do Paul e irão criar um campo relvado no parque de jogos desportivos, mas está tudo disperso. Também construíram o Sporting de Torres mas que está longe das escolas, onde se deveria ir para a captação de talentos, onde estão os atletas do nosso concelho.-----

-----Acha que têm o desporto e o turismo virado costas com o desporto escolar, pelo que deviam juntar tudo e rentabilizar ao máximo o metro quadro dos pavilhões e das infraestruturas desportivas, do concelho.-----

-----Observou que de manhã há 8 horas de desporto nas escolas e à noite só são utilizadas 4 horas, pelo que quando criam infraestruturas devem pensar em tudo, devem pensar nestes pormenores que fazem com que o turismo do desporto cresça.-----

-----Assegurou que Torres Vedras pode ser um centro de formação, de arbitragem, de atletas e de treinadores e aí sim, traziam pessoas para conhecer o concelho.-----

-----Fez notar que na parte Este do território poderiam ser realmente vanguarda e apostar nas ciclovias pois têm uma beleza natural, excelentes vinhos e têm que desenvolver essa área.-----

-----Também referiu que têm um turismo muito importante que é o turismo radical do vento, que ainda ninguém utiliza e há turismo internacional para isso.-----

-----O **Sr. João Bastos** manifestou-se satisfeito por se ter elaborado o plano, mas não está de acordo com o colega José Augusto de Carvalho quando fala no passado em relação ao incentivo do turismo, comparando Santa Cruz com a Ericeira.-----

-----Acrescentou que Santa Cruz está deserta durante o ano todo tirando o Verão e no Verão há dois acontecimentos promovidos pela autarquia, o Ocean Spirit com o qual concorda que lhes dá projecção e traz estrangeiros, e o Carnaval de Verão que acha que é completamente desadequado, não tem interesse nenhum e podia terminar.-----

-----Ainda no que respeita a Santa Cruz, acha fundamental tratar das acessibilidades e o PSD já há muito tempo que fala numa estrada nova. Não é preciso fazer uma estrada de início, mas é preciso criar condições de acessibilidade para Santa Cruz.-----

-----Acha que Ericeira tem uma vantagem muito grande com a via que foi feita, e Torres Vedras tem que acompanhar com condições.-----

-----Indicou que há outras ações no âmbito da monitorização que poderão ser feitas aludindo às esplanadas que pagam *taxas* e *taxinhas*. As esplanadas não podem ser licenciadas anarquicamente, sendo bom que sejam analisadas pelos técnicos da Câmara, mas tem que se ter cuidado com as taxas a aplicar. Exemplificou com o facto de um comerciante que queira pôr vasos na porta pagar uma taxa, o que acha completamente desenquadrado.-----

-----Terminou dizendo que não vivem num paraíso, há muito caminho para trilhar e podem contar

com o PSD para colaborar com uma oposição construtiva para chamar atenção do que não está assim tão bem.-----

-----O representante do CDS-PP, **Sr. João Pedro Gomes** começou por dizer que o plano poderia e deveria ser um pouco mais ambicioso e vale pouco em termos de metas definidas, devem fazer uma aposta clara em infraestruturas, sendo Santa Cruz paradigmático disso mesmo.-----

-----Paralelamente parece-lhe fundamental a conservação do património do concelho de Torres Vedras, e se bem que há que reconhecer que foram dados passos positivos nesse sentido, não estão ainda na situação ideal a este nível.-----

-----Julga que deve ser feita uma aposta forte nas Linhas de Torres Vedras que permita captar mais turistas e serem mais conhecidos pela sua exploração porque tem uma importância extraordinária no contexto da Europa e até do próprio mundo.-----

-----Concluiu que o plano em discussão não merece uma censura, mas devia ter sido mais ambicioso e não votará contra.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por agradecer o contributo dos intervenientes.-----

-----Lembrou que Torres Vedras tem presentemente 12 Percursos Pedestres Circulares e duas grandes rotas, o que é revelador do trabalho desenvolvido na área do turismo desportivo e turismo de natureza, mas onde pensa que podem melhorar, atentos os recursos existentes no território.-----

-----Relativamente à questão de terem os equipamentos desportivos dispersos, julga que todos têm a ganhar com o mesmo uma vez que todo o território ganha dinâmica em detrimento de situações concentradas.-----

-----Do ponto de vista da gestão e da mobilidade entende que estão bem servidos, mas ainda podem melhorar e no que se refere a infraestruturas Torres Vedras tem praticamente todas as modalidades ao dia de hoje.-----

-----Deu nota que este ano esteve no concelho uma equipa do Qatar a estagiar na área do futebol, com um impacto importante do ponto de vista turístico. Têm condições para ter cá outras modalidades podendo contribuir para o desenvolvimento da modalidade e também contribuir para a dinâmica interna das empresas que trabalham na área do turismo.-----

-----Assegurou que no *cluster* que foi definido na vertente do património natural, o desporto tem uma forte valência.-----

-----Quanto ao Ocean Spirit estão a trabalhar, para captar novos públicos para o território.-----

-----Lembrou que o protocolo que hoje foi assinado com a Fundação Serralves, espelha a pretensão de poder ter em Torres Vedras entidades de referência e assim ter um território mais atractivo, logo um destino turístico mais atractivo.-----

-----Quanto à comparação da Ericeira com Santa Cruz, fez notar que são duas realidades distintas uma vez que um território tem vida própria e outro é de segunda habitação e só nos últimos 10 anos é que tem habitação permanente.-----

-----Em relação às acessibilidades, Ericeira tem problema da massificação que é uma vertente muito estudada no turismo e que mais tarde ou mais cedo leva à realocização. É um problema que Torres Vedras tem que se antecipar e trabalhar num modelo mais sustentável.-----

-----Informou ainda que já estão a trabalhar com um operador turístico específico para as Linhas de Torres e para poder vender este destino, também têm que investir na vertente promocional. O território tem uma excelente oferta ao nível da segurança e da saúde, tem boa oferta nas acessibilidades, tem razoável ao nível do alojamento e ao nível da restauração e da hotelaria.-----

-----Aproveitou para dar nota de um incidente que ocorreu no Verão passado num hotel em Santa Cruz no qual teve que intervir, para que os turistas não abandonassem o local, para frisar que na vertente formativa é necessário fazer muito trabalho junto dos hoteleiros e este plano vem dar essas indicações. Vem dar nota no sentido de ter na vertente do alojamento mais investimento com qualidade para que quem vem ao destino não se sinta enganado.-----

-----Este plano é também um primeiro passo para que o destino Torres Vedras, que hoje é reconhecido a vários níveis, possa dar um salto qualitativo, aproveitando um conjunto de sinergias que os rodeiam, nomeadamente a relação com Lisboa. Está convicto que vai dar um contributo francamente positivo para o efeito, há uma visão e um caminho que se quer desenvolver, é um documento aberto e quem quiser dar o seu contributo é muito bem vindo.-----

-----O **Sr. Luis Carlos Lopes** começou por dar nota de profundo lamento pelo facto da Revista Municipal já ter apresentado o Plano Estratégico para o Turismo numa sessão pública, antes de ter passado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal.-----

-----Disse que o edil tentou inteligentemente dizer que não é obrigatório, mas a legislação diz que quando se faz é obrigatório vir aos órgãos autárquicos do município.-----

-----Fez notar que Sr. Presidente da Câmara disse para a Assembleia dar contributos mas é um documento fechado.-----

-----Quanto ao plano nada tem a dizer da sistematização técnica que foi feita, mas não traz nada de novo, é um elencar do que já falaram há muito tempo atrás.-----

-----Salientou que o José Augusto de Carvalho falou das freguesias do interior e do vinho mas há muitos anos que o PSD defende esse *cluster* e essa área como sendo uma área a desenvolver.-----

-----O mesmo se passou relativamente às Linhas de Torres, no tempo do Eng Pistachini Calhau, mas a maioria fez “ouvidos de mercador” e agora passados 10/11 anos é que vêm dizer que é importante. Finalmente está a ser preparado o Centro Interpretativo que levou anos para que se concretizasse.-----

-----Manifestou dúvidas quanto à implementação da Eco - Glamping e Quinta Pedagógica da Serra da Archeira e também sobre a massificação desta área.-----

-----Quanto a um Parque de Autocaravanas de Santa Cruz, manifestou também dúvidas que seja o caminho, pois o edil fala de hotéis e depois o plano menciona autocaravanas.-----

-----O plano o que projecta não é mau e sistematiza, quem o fez foi com as melhores das intenções, tem coisas muito boas mas também o Castro Zambujal, já existe há milhares de anos e felizmente que vai ser intervencionado.-----

-----Contrariamente ao que o colega José Augusto de Carvalho diz, que tiveram de facto um nome importante na Região de Turismo do Oeste, mas de certa forma Torres Vedras diluiu-se na RTO, e depois foi ultrapassado por Óbidos. Mafra já tem Plano Estratégico do Turismo desde 2015.-----

-----Considerou estranho que seja proposto apoio à restauração que sabem não ser fácil e concorda mais com a formação dos agentes, outro tipo de apoio.-----

-----Concluiu dizendo que o plano não traz nada de novo e todos com mais ou menos conhecimento fariam coisa semelhante pois sabem quais são as necessidades. Concordo que as metas são importantes agora é necessário implementar.-----

-----Tendo presente que foi feita referência que o plano devia ser mais ambicioso o **Sr. José Augusto de Carvalho** lembrou que este plano tem um horizonte de implementação de escassos 4 anos que passam num ápice e que se fosse mais ambicioso seria apelidado de plano irrealista, demagógico e de panfleto promocional.-----

-----Reafirmou que para este horizonte de 4 anos é um plano realista, sério e feito por quem tem preocupações quanto à sua exequibilidade.-----

-----Foi feita a afirmação, que subscreve, de que há muito caminho por trilhar, o que não está em causa, mas não podem apagar a história, esquecendo-se do que era a realidade há 20 anos atrás e o caminho que foi percorrido.-----

-----Assinalou que para o êxito destes processos é essencial o funcionamento em rede, com uma atitude colaborativa e participativa que se espera de agentes públicos e privados e não se queira que seja a autarquia, em exclusivo, em carregar todo este processo, que seria, isso sim, irrealista.-

-----Reportando-se à intervenção do membro Luis Carlos Lopes o **Sr. Presidente da Câmara** explicou que disse que se tratava de um plano participativo e a apresentação do plano à comunidade foi nesse contexto.-----

-----Quando o plano chega aos órgãos da autarquia para discussão vê com bons olhos que sejam feitas propostas que podem ser aditadas, porque que não é um plano fechado.-----

-----Não vê com bons olhos estar sempre a maldizer Torres Vedras, porque acaba de certa forma por minimizar um território que é hoje reconhecido a vários níveis, nacional e internacionalmente.---

-----Como Presidente da Câmara Municipal fica incomodado da forma como se fazem abordagens a situações que na realidade não correspondem aquilo que é Torres Vedras e à dinâmica que tem.-----

-----Podem dizer que têm que fazer mais e melhor, mas não viu propostas. Tirando a questão do turismo desportivo, do lado do PSD não viu mais nenhuma proposta esta noite, essa é a realidade dos factos.-----

-----Reafirmou que as propostas são bem vindas e há condições de as introduzirem e de certa forma melhorar o documento, sendo dentro desse enquadramento que têm vindo a trabalhar e o mais importante é terem um instrumento de planeamento dedicado ao turismo.-----

-----Depois desta intervenção o **Sr. João Pedro Gomes** interveio no sentido de registar que o edil disse que está aberto aos contributos, mas não pode deixar de censurar e reprovar veementemente ter dito que estão a maldizer pelo facto de terem uma opinião diferente. Não lhe fica bem.-----

-----Em democracia podem ter opiniões divergentes das diversas forças políticas que foi conquista do 25 de abril e do 25 de novembro.-----

-----O **Sr. Luis Carlos Lopes** manifestou pesar, por o edil ter interpretado mal as intervenções que foram feitas pois foi ele que foi o maldizente hoje para os operadores turísticos de Torres Vedras quando disse que teve que ser ele a intervir porque senão as pessoas iam embora de Santa Cruz.-

-----Não disseram nada de maldizente e até vão votar a favor e não há razão nenhuma para este tipo de intervenção do edil. Dizer algo de diferente, não quer dizer que é de “bota abaixo”.-----

-----Quanto aos tais contributos fez notar que estão perante um documento apresentado pela Câmara Municipal que não podem alterar, tem que ser por proposta da autarquia e neste aspecto é importante conhecer a legislação autárquica.-----

-----Neste plano não podem mudar nada. Podem dar sugestões e ideias, não querem o mal de ninguém e gostam tanto de Torres Vedras como o Presidente da Câmara.-----

-----O **Sr. Artur Narciso** disse achar importante que haja planeamento estratégico, mas também é importante que para comentarem façam trabalho de casa. Assim informou que o turismo desportivo existe por parte das associações, a exploração dos caminhos vinícolas também existe, estão sinalizados e têm sido utilizados por várias associações assim como existem captações estão a ser feitas nas associações e Juntas de Freguesia por exemplo para a área do ciclismo.-----

-----Entende que é importante dar ideias com algum “sumo”, e não dizer mal só porque estão próximo das eleições. Tem havido um esforço enorme para dizer mal nos meios sociais, e depois não há plano que suporte a maledicência.-----

-----Interroga-se quanto custará andarem a dizer que o comercio tradicional está morto. Quem vê esta informação, pensa que encontra uma loja com sapatos de há 30 anos e ruas às moscas, quando não é essa a realidade.-----

-----É importante terem opinião porque democraticamente são livres de terem opinião mas têm que ser responsáveis por elas. -----

-----Para terminar endereçou os parabéns pelo plano em discussão que é importante e vai criar um concelho único, mas não podem ir buscar o porto a Peniche, a onda do canhão da Nazaré pois são Torres Vedras.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** concordou que a vertente formativa na área da hotelaria e da

restauração é essencial. Pretendeu fazer um alerta e não menosprezar seja quem for. Têm que intensificar nessa área onde a Câmara Municipal tem um papel muito importante.-----

-----Terminadas todas as intervenções o Presidente da Mesa submeteu à votação o plano em discussão:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Plano Estratégico para o Turismo do Concelho de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 36 membros.-----

**PONTO 17 - APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09:**-----

-----Presente informação referente à actividade do município de setembro, outubro e novembro de 2016, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores a 21.11 é de €1.127.253,11 e o saldo de tesouraria €3.009.343,83-----

-----Pedi a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** no sentido de prestar informação ao Grupo Municipal do PSD que foi solicitada na reunião anterior sobre o número de visitantes do atelier dos brinquedos, que se traduz em 8.060 em 2015 e em 5137 até outubro de 2016-----

-----Para que se perceba que o concelho, para além do investimento de empresários torrienses e nacionais tem investimento internacional, também ficou de dar nota que o investimento estrangeiro no território, nos últimos anos corresponde a 2 multinacionais espanholas, 2 francesas, 1 americana, 1 alemã, 1 suíça e 1 japonesa.-----

-----Relativamente à notícia que surgiu na comunicação social de que as urgências de pediatria do Hospital de Torres Vedras iriam encerrar informou que falou com o Ministro da Saúde e as urgências vão-se manter em funcionamento, mas também não esperava outra resposta.-----

-----Informou ainda que está a ser feito um plano de contingência, para este período de início de Inverno.-----

-----O **Sr. Marco Claudino** agradeceu os números prestados relativamente ao atelier dos brinquedos, dos quais concluiu que se traduzem em 20 pessoas por dia de média, e que de facto os esperados milhares de visitantes de Sintra vieram a Torres Vedras. Crê que deviam fazer uma grande penitência sobre a expectativa e os números obtidos e fazer uma monitorização para ver o que está mal neste investimento, que nestes moldes não foi reprodutivo para o município.-----

-----Sobre as empresas que referiu, gostaria de saber para perceber a natureza das empresas, o nome e o número de funcionários que cada uma tem.-----

-----Quanto ao possível encerramento do serviço de urgência da pediatria do Hospital, disse que gostaria de saber, até para uma posição pública, o que levou a Câmara Municipal de Torres Vedras a criar a ideia de que o serviço poderia encerrar.-----

----Se o edil disse que obteve a informação do governo de que nada iria ser diferente, qual a razão de ter saído hoje uma notícia, com fonte da autarquia de que era uma possibilidade o encerramento deste serviço. Questionou se foi uma falha de comunicação ou se foi outra razão.----

----No entanto estão todos muito satisfeitos que se mantenha este serviço, ou seja o que já tinham ontem e que amanhã não deixarão de ter.-----

----O membro **Vitor Fernandes** lembrou que na passada sessão deu nota do que se passava na zona de largada e recolha de alunos da EB1 da Padre Francisco Soares e gostaria de saber se a Câmara Municipal já se inteirou e qual é o ponto de situação atual.-----

----Deu nota ainda de um poste que está situado numa zona de estacionamento, atrás da Igreja da Graça e a pedido de um concidadão questionou o que pretende fazer quanto à pavimentação da rua que dá acesso à Associação para a Protecção dos Animais de Torres Vedras.-----

----O **Sr. João Pedro Gomes** secundou as preocupações que o colega Marco Claudino manifestou tendo em conta as notícias que circularam sobre a possibilidade de encerramento das urgências pediátricas e obviamente que ficam descansados com o comunicado que foi emitido durante a tarde, mas também gostaria de saber qual foi o desencontro da informação.-----

----Disse ainda que tudo indica que não acontecerá mas se acontecer, irá merecer toda a reprovação e contestação do CDS-PP como mereceram outro tipo de situações acerca do Hospital de Torres Vedras, independentemente do governo.-----

----Considera que neste assunto não pode haver questões de partidarismos, o que interessa é o concelho de Torres Vedras, os torrienses e o hospital e deviam estar a discutir a construção de um novo hospital e não o fecho de um serviço.-----

----Acha que têm que ficar atentos, pois este problema merece a agregação de todas as forças políticas do concelho, e merece o repúdio da força política que representa.-----

----A terminar a sua intervenção questionou qual o modelo que está a ser seguido para a construção do bar do parque Verde da Várzea, se está a ser feito pela autarquia ou através de alguma parceria e qual o prazo de concessão que está previsto para o futuro.-----

----A líder da bancada do PCP, **Sra. Teresa Oliveira** também manifestou apreensão pela notícia do possível encerramento das urgências pediátricas, gostavam de ser melhor esclarecidos e ainda de saber qual o motivo do possível encerramento.-----

----Disse que a saúde dá dinheiro a muito boa gente e apesar de o PCP não ser contra o privado, crê muito nos serviços públicos que dentro da saúde são muito importantes. Estão apreensivos pois não há fumo sem fogo.-----

----O **Sr. João Bastos** reportou-se ao auditório do Parque Verde da Várzea para dar nota que apareceu em tempos uns graffiti, que foram reparados mas estão de volta, solicitando ao edil que mandasse apagar para ver se de uma vez por todas desmobilizam e deixam de grafitar ali.-----

----Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para prestar

alguns esclarecimentos assim:-----

-----No tocante ao encerramento das urgências pediátricas esclareceu que correu há dois dias atrás na cidade esse rumor que havia problemas com pessoal médico, nomeadamente por causa de uma médica que pôs baixa. Face à altura do ano que traz mais afluência às urgências, na noite anterior falou com a Presidente do Conselho de Administração do CHO a mostrar a preocupação, que hoje lhe telefonou a dizer que estavam no plano de contingência.-----

-----Mais esclareceu que durante o período da tarde foi abordado por um órgão da comunicação social e disse justamente que estava a ser encontrada uma solução no sentido de minimizar este problema.-----

-----Fez notar que a notícia surge agregada à Câmara mas é do órgão de comunicação social.-----

-----Ainda durante a tarde, em contacto, com o Ministério da Saúde, ficou a saber que não vai haver qualquer encerramento da urgência de pediatria e quando vinha para a sessão viu que o Ministro da Saúde emitiu um comunicado a dar nota disso mesmo.-----

-----Todos sabem que ao dia de hoje há dificuldades com pessoal médico e de enfermagem não sendo só um quadro de Torres Vedras, e que a maior afluência às urgências faz com que seja necessário reforçar pessoal nesta altura do ano e na quadra que se aproxima.-----

-----No que concerne ao Saborear informou que é o proprietário que está a fazer a obra com um período de concessão que pensa ser de 10 anos, mas irá confirmar.-----

-----Relativamente ao acesso à APA, não têm referência da necessidade de intervenção no caminho referido mas o Vereador Hugo irá tomar nota.-----

-----Por último esclareceu que irão reportar a questão do poste à EDP e estão a trabalhar no assunto da Escola Padre Francisco Soares.-----

-----Pedi novamente a palavra o membro **Marco Claudino** para agradecer ao Sr. Presidente da Câmara as informações prestadas mas se ele estava seguro desde ontem que não havia nenhuma possibilidade de encerramento deste serviço, crê que, para que não houvesse más interpretações, teria sido benéfico um comunicado da Câmara a atestar isso mesmo. Fez notar que a notícia dizia "relativamente à pergunta sobre a possibilidade de encerramento da urgência pediátrica a autarquia afirma ter conhecimento dessa possibilidade e sabe que a Administração do CHO está a encontrar uma solução deste assunto".-----

-----Está tranquilo com esta solução de não alteração mas não deixou de ficar inquieto com esta comunicação, que foi tudo menos criar certezas, ao contrário, criou incerteza e dúvidas.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que após ter sido questionado informou de acordou com as informações que dispunha ao momento, mas que depois tiveram evolução. Perante um facto mostrou a sua preocupação e comunicou que está a ser encontrada uma solução.-----

-----O **Sr. Luis Carlos Lopes** questionou sobre o ponto de situação do edifício em construção junto ao Mercado Municipal.-----

-----Quanto a este assunto o **Sr. Presidente da Câmara** manifestou-se apreensivo, pois ainda não conseguiram encontrar a solução, mas têm vindo a trabalhar em vários cenários.-----

-----As empresas envolvidas estão num processo de recuperação e com dificuldades financeiras e aguardam resposta no sentido resolver o problema o mais rapidamente possível.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. António Fortunato a aprovação da minuta da ata da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**ENCERRAMENTO:**-----

-----Pelas 24.45 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----

---

---

---